AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 41 | Nº 02 | FEVEREIRO 2021 | R$ 15,00



INCENTIVO À EFICIÊNCIA AMBIENTAL DAS USINAS DE CANA

ENTENDA COMO FUNCIONA O CBIO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

GOVERNO BIDEN CHINA CONTINUARÁ COMPRANDO DO BRASIL

ALGODÃO LUCRO MENOR NA PRÓXIMA SAFRA

ANEC TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO NAS EXPORTAÇÕES DE SOJA E MILHO

Consultoria especializada para cooperativas agro? No Sistema Ocesp tem!

Nada melhor do que contar com a orientação de um profissional que entende seu negócio desde a raiz, não é verdade?

É por isso que o Sistema Ocesp realizou uma reestruturação no seu atendimento para que as cooperativas agropecuárias paulistas recebam consultoria especializada. São dois profissionais, sediados no interior do estado, engenheiros agrônomos de formação e com ampla vivência no cooperativismo agropecuário:

Sinohe Oliveira
Regiões Oeste e Nordeste
sinohe.oliveira@sescoopsp.coop.br



Marcos Valentini
Regiões Centro Paulista e Sudeste
marcos.valentini@sescoopsp.coop.br

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Desenvolver relacionamento contínuo com as cooperativas do ramo agropecuário, facilitando o entendimento da demanda e auxiliando no acesso às soluções da entidade;
- Realizar articulações com esferas públicas e privadas, visando ao atendimento de pleitos do cooperativismo;
- Identificar necessidades das cooperativas e oportunidades de atuação, propondo projetos, programas e ações que contribuam para seu desenvolvimento sustentável.

QUER SABER MAIS?

Envie um e-mail para nossos consultores ou ligue para a Central de Relacionamento do Sistema Ocesp pelo tel:

(11) 3146-6200

somos coop

SistemaOcesp
FESCOOP/SP - OCESP - SESCOOP/SP

50 ANOS

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Jorge Irribarra (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Isaac Sidney Menezes Ferreira (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt , Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Solange Srour (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

ANO INICIA TURBULENTO, MAS DEVE ACALMAR

EM VIRTUDE da politização da vacinação contra a COVID-19, o ano começa mais turbulento do que seria necessário. Esse ambiente deixa os agentes econômicos com muitas dúvidas. E isso não se refere apenas ao mercado financeiro; muitas indústrias não retomaram à produção plena em função da insegurança da demanda. Como consequência, há falta de muitos insumos e produtos. A ***Agroanalysis*** espera que, até o final do primeiro trimestre, o quadro fique mais claro. A demanda pelos produtos agropecuários parece garantida, assim como os bons preços, muito pela ajuda do câmbio.

Ao longo do ano, o real irá valorizar-se e a inflação será ligeiramente maior. Vale lembrar que, entre abril e maio, haverá, matematicamente, um soluço, com a inflação ultrapassando o teto da meta provavelmente. Mas, até dezembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não deverá ultrapassar os 3,0%. A demanda ainda está muito limitada, o que impede a generalização de maiores repasses de preços.

A Selic irá subir ligeiramente ao longo do ano e ainda mais em 2022. Portanto, deve haver atenção aos juros. Qualquer financiamento por um ano com juros de 7,0% ao ano é caro e deve ser evitado. Mas financiar um equipamento por mais de cinco anos com juros fixos de 7,0% ao ano tende a ser uma decisão razoável. É bastante provável que, em dois anos, a Selic esteja ao redor de 5,0% ao ano. Vale lembrar que essa taxa é a melhor referência de quanto rende a aplicação de recursos próprios. Hoje, as aplicações rendem menos de 2,0% ao ano em termos reais; logo, renderão algo próximo de 5,0% em dois anos. Portanto, juros de 7,0% ao ano em financiamentos de prazo longo podem ser convenientes.

Em 2020, mesmo diante de um cenário desafiador em razão da pandemia de COVID-19, as exportações do agronegócio brasileiro somaram US$ 110,8 bilhões (segundo maior valor já registrado). Mais uma vez, a soja foi o produto mais exportado, crescendo 8,0% em relação ao ano anterior. Quatro produtos – soja, carnes, produtos florestais e açúcar/álcool – representaram 72,5% do valor, mostrando uma grande concentração das nossas exportações. A soja, sozinha, foi responsável por 34,9% dos embarques do agro brasileiro. China e Hong Kong persistem como o principal destino dos produtos do nosso agronegócio, aumentando suas compras em 8,8% no último ano. O destaque vai para as vendas ao Sul da Ásia, ao Sudeste Asiático e à África Subsaariana, que cresceram, respectivamente, 30,8%, 29,3% e 18,3%.

Olhando para o cenário internacional, com a posse do novo presidente americano, Joe Biden, no mês passado, fica a dúvida se os Estados Unidos (EUA) serão aliados ou adversários do agro brasileiro. Na análise do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o saldo das mudanças sugeridas até o momento pelo governo Biden, que envolvem estímulo econômico, relação com a China e agenda ambiental, deve ser positivo para o agronegócio brasileiro. No entanto, o Brasil precisa ser ágil para aproveitar as oportunidades que surgirão.

Na capa desta edição, destacamos como a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), por meio da comercialização dos créditos de descarbonização (CBios), tem transformado a gestão e a eficiência ambiental das usinas de cana-de-açúcar. Os CBios são emitidos pelas usinas e negociados na B3, podendo ser comprados de maneira voluntária ou compulsória. Nesse segundo caso, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) define metas individuais de compra pelas distribuidoras de combustíveis. O nosso artigo traz detalhes sobre a emissão e a comercialização desses títulos. Complementando o tema, na entrevista do mês, Jacyr Costa Filho, membro da Diretoria do Grupo Tereos e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), faz uma análise do setor de etanol no Brasil, abordando, além do RenovaBio, a evolução da matriz energética e a questão da eficiência dos carros a etanol frente

aos elétricos, além de apontar as suas expectativas para o futuro.

Na produção agrícola, avaliamos o resultado econômico da cultura de algodão na safra 2020/21. Com a expectativa de boa demanda nas exportações nacionais, os preços médios da safra atual estão 12,7% mais elevados. No entanto, devido ao aumento dos custos de produção e à redução da produtividade, o lucro será menor em relação ao da temporada anterior. Devido à grande oscilação de preços ao longo da safra, a estratégia de comercialização será fundamental para determinar o resultado final do produtor.

Por fim, no Caderno Especial do mês, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) chama a atenção para a tendência firme e estruturada de crescimento nas exportações de soja e milho desde 2010, com exceção de 2014 e 2016, quando houve problemas climáticos. Para este ano, a produção deverá ficar próxima dos números apurados em 2020, assim como os embarques para o exterior. ■

VITÓRIA DA DEMOCRACIA NO RECUO DO ICMS

Em 7 de janeiro último, o governo paulista voltou atrás da sua decisão de majorar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de insumos agrícolas e farmacêuticos e, também, dos preços de alguns alimentos. Tal decisão teve origem no Projeto de Lei (PL) nº 529/20 e se confirmou pela Lei Estadual nº 17.293/20, aprovada pela Assembleia Legislativa.

Foi uma vitória da democracia moderna, determinada por dois fundamentos. O primeiro deles foi uma forte e bem organizada manifestação pacífica dos produtores rurais de todo o estado, chamada de "tratoraço". Em quase duas centenas de municípios, eles foram às ruas e às estradas com suas máquinas agrícolas protestando firmemente contra os aumentos referidos. Foi uma demonstração de caráter político típica de sociedades maduras: diante de um governo insensível aos reclamos das lideranças rurais, a alternativa encontrada foi a pressão popular.

Já o segundo fundamento foi a base técnica para o recuo, dada, em boa parte, por um estudo realizado pelo FGV Agro mostrando que o aumento da tributação implicaria uma redução da arrecadação. Frustrou-se, assim, o objetivo da área responsável pelo orçamento do estado, isto é, melhorar o fluxo de caixa. Ademais, mostrou-se o erro social da lei, que afetaria os custos de produção agrícola e os preços dos alimentos, prejudicando a população mais carente do estado.

O Executivo compreendeu e decidiu, corretamente, recuar quanto ao aumento do ICMS. Por que se pode dizer que foi um fenômeno típico da democracia moderna? Porque não basta a pressão política contra ações de governo, por mais razão que tenha o reclamante; é preciso provar essa razão tecnicamente. E, também, porque um governo democrático pode voltar atrás, o que não se observa no autoritarismo.

Mas a grande lição que ficou foi: mesmo um segmento ultrapacífico, conservador e moderado como o rural, quando bem conduzido, mostra o vigor da sua união se for injustiçado pelo poder público.



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br

SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 **ENTREVISTA**
JACYR COSTA FILHO
SOMOS REFERÊNCIA NA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL

10 **FRASES & COMENTÁRIOS**

13 **MACROECONOMIA**
MUDANÇA NA POLÍTICA MONETÁRIA

14 **AGRODROPS**

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CENÁRIO FAVORÁVEL PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2021

21 CAPA ALGODÃO TERÁ BOM LUCRO, MAS INFERIOR AO DA SAFRA PASSADA

24 RASTREABILIDADE COM NOVAS DEMANDAS E OPORTUNIDADES

28 POLÍTICA

28 A LÓGICA DA LOGÍSTICA

30 DOIS CAPÍTULOS

32 CAPA GOVERNO BIDEN SERÁ ALIADO OU ADVERSÁRIO DO AGRO BRASILEIRO?

34 TECNOLOGIA

34 DE EINSTEIN ÀS AGTECHS

36 GESTÃO

36 CAPA RENOVABIO TRANSFORMA GESTÃO E EFICIÊNCIA AMBIENTAL DAS USINAS DE CANA

39


CAPA **ANEC**
CENÁRIO DE BOA CONJUNTURA PARA O MILHO E A SOJA

43


ABRASEM
NOVO DECRETO DE SEMENTES E MUDAS

26 **COALIZÃO BRASIL**
BRASIL AGROAMBIENTAL

45 **FAESP**
NOVA MOBILIZAÇÃO PELO CONVÊNIO ICMS Nº 100

46 **DIÁRIO DE BORDO**
MELHORAR A COMPETITIVIDADE

47 **PRODUZIR**
CAFÉ: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

48 **OPINIÃO**
AONDE QUEREMOS CHEGAR?

49 **REFLEXÃO**
PAUTA DO AGRO NO CONGRESSO NACIONAL

50 **PIMAGRO**

SOMOS REFERÊNCIA NA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL

JACYR COSTA FILHO

Membro da Diretoria do Grupo Tereos e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/ Fiesp)

Da Redação

DETENTOR DE uma visão internacional focada na gestão de empresas, conhecedor de processos ligados ao tema sucroenergético e tendo ocupado cargos diferentes em empresas e instituições, Jacyr Costa Filho traz a sua vasta experiência profissional, com análises e comentários de alta qualidade. Atualmente, o entrevistado acumula duas importantes funções: a de membro da Diretoria do Grupo Tereos, segunda maior produtora de açúcar do mundo; e a de presidente do Cosag, desde 2016.

AGROANALYSIS: COMO ESTÁ A MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL EM RELAÇÃO AO MUNDO?

JACYR COSTA FILHO: Na matriz enérgica brasileira, os produtos de cana-de-açúcar desempenham um papel relevante, com uma participação em torno de 18% do total. A matéria-prima constitui a base para a produção de etanol, considerado um combustível alternativo para os automóveis. Criado em 1975, durante o choque de preços internacionais do petróleo, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) trouxe a intenção de promover a independência energética nacional, além de desenvolver a indústria de carros movidos a etanol. Hoje, esse produto está bastante alinhado ao desenvolvimento sustentável mundial para diminuir os impactos ambientais causados pelas fontes de combustível não renováveis.

Os riscos de crises constantes do mercado de petróleo levaram, também, as usinas a se capacitarem no domínio da tecnologia para a queima do bagaço na produção e na geração de energia elétrica. O resultado veio com o tempo, e o setor alcançou a autossuficiência e a capacidade de exportação de energia, o que se deu a partir do início deste século, com mudanças nas normas institucionais e aprimoramento do marco regulatório. Com agregação de valor, custos em declínio e forte desenvolvimento econômico, o potencial para transformação da cana-de-açúcar diversifica e aumenta as oportunidades dessa cultura.

É UMA HISTÓRIA DIFÍCIL, COM MUITO ESPÍRITO EMPREENDEDOR?

JCF: Com certeza. Partimos da mistura de etanol anidro na gasolina. Na década de 1970, diante do quadro instável do petróleo, veio, também, a conjuntura externa de aperto financeiro, quando os Estados Unidos subiram os juros para mais de 20% ao ano. Ficamos sem recursos para a importação de petróleo; naquela época, importávamos 70% da gasolina consumida. A salvação veio com o Proálcool, quando começamos a criar as raízes para consolidar essa base instalada. Somos o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, uma cultura renovável e versátil, com cerca de 360 usinas espalhadas em mais de mil municípios no Brasil.

Considerando a energia produzida pelo setor mais a eletricidade a partir das hidrelétricas, o Brasil representa a



GREG GONZALEZ

matriz elétrica mais limpa do Planeta, com 83% oriundos de fontes renováveis. Quando olhamos para a China, vemos que 69% possuem como fonte o carvão. Na Índia, 44% e 25%, respectivamente, vêm do carvão e do petróleo, ou seja, 69% são provenientes de energias fósseis. No mundo, 80% da matriz energética é composta de, principalmente, fontes não renováveis, como o carvão, o petróleo e o gás natural. Então, o Brasil serve, hoje, como referência nesse setor. Nesse papel, realçamos a importância dos biocombustíveis, que incluem o etanol, seja de cana ou milho, e o biodiesel.

SAÍMOS DO CONTROLE GOVERNAMENTAL ORIENTADO PARA O MERCADO?

JCF: O Proálcool conseguiu reduzir as importações de petróleo e melhorou a produção agrícola dos canaviais. Em 1990, o governo Collor extinguiu o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que planejava e controlava as quotas de produção e exportação de todo o setor. A resposta apareceu com a criação do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), que trouxe uma evolução no relacionamento entre fornecedor e usina com o pagamento de cana-de-açúcar por teor de sacarose. Enquanto os preços do açúcar e do etanol estavam liberados, o controle persistiu na matéria-prima por algum tempo, até o acordo para repartição de preços entre a indústria e o fornecedor de cana. O resultado foi positivo e funciona até agora.

> **"...O CONSECANA-SP REPRESENTOU UMA SOLUÇÃO A SER REGULADA PELO MERCADO."**

De forma efetiva, o CONSECANA-SP representou uma solução a ser regulada pelo mercado. Atualmente, o setor canavieiro tem o usineiro, que produz a própria cana para moer na sua usina, e o produtor fornecedor autônomo, que só produz e vende a cana para a usina. Deixou de haver a necessidade de o Governo arbitrar. Se o preço do açúcar varia para cima, o da cana também caminha nessa direção e, se varia para baixo, o da cana segue a mesma linha. Esse processo justo deu equilíbrio e segurança à cadeia produtiva. Os parâmetros desse modelo são atualizados periodicamente. Neste momento, por exemplo, estamos discutindo a repartição da receita de créditos de descarbonização (CBios). A situação é muito melhor do que quando o Governo intervinha de forma absoluta no processo via IAA.

QUAIS SÃO AS CONSIDERAÇÕES PARA O ETANOL DE MILHO NO FUTURO?

JCF: Trata-se de uma avaliação interessante, principalmente se levarmos em conta o aspecto complementar existente entre o etanol de milho e o de cana-de-açúcar. Essa combinação espanta o fantasma sobre o risco de haver escassez na quantidade de etanol quando o preço do açúcar estiver elevado. O raciocínio parte do princípio de maximizar a rentabilidade do negócio, com a tendência de as usinas diversificarem a produção com as duas culturas, o que pode ser benéfico para o programa de biocombustíveis. Afinal, o Brasil possui capacidade competitiva para a produção de etanol de milho em diversas regiões do seu território.

Podemos analisar especificamente o estado de Mato Grosso, com um enorme potencial para a produção crescer em área e volume. No estado, como o preço fica mais barato devido à falta de logística, o milho ganha competitividade quando agrega valor se utilizado para produzir etanol. Algumas usinas de cana localizadas no Brasil Central já adotam a fabricação de etanol do cereal no período de entressafra. A viabilidade econômica desse projeto melhora em função do menor custo do produto.

Na fabricação de biodiesel, observamos situações parecidas com a da soja, que, em vez de exportar grãos como *commodity* agrícola pura, agrega emprego e renda. O mesmo acontece com o aproveitamento do sebo de boi. Tais alternativas são bem-vindas para desenvolver o interior do Brasil.

O SETOR TEM MOMENTOS BONS OU RUINS CONFORME O GOVERNO. ISSO MUDA COM O RENOVABIO?

JCF: Essa pergunta parece bem adequada frente ao espaço crescente a ser ocupado pelo conceito de sustentabilidade na agenda de âmbito mundial. O tema ganha prioridade constante na União Europeia (UE), conforme mostra a ascendência do Partido Verde, com vitórias importantes nas eleições de vários países, incluindo o

> **"NO CASO DO RENOVABIO, CRIOU-SE O CONCEITO DE EFICIÊNCIA AMBIENTAL POR MEIO DO CBIO..."**

atual governo alemão em formação da chanceler Angela Merkel. De uma forma geral, a posição estratégica ambiental ganha força. Então, precisamos prestar atenção a esses movimentos em face da capacidade de influência do bloco, em especial nas negociações internacionais de comércio.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) traz como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis e descarbonizar a matriz de transportes brasileira. Normalmente, para isso ocorrer, as práticas políticas consistem na inserção de taxas de carbono sobre os combustíveis fósseis sem considerar a eficiência da produção. No caso do RenovaBio, criou-se o conceito de eficiência ambiental por meio do CBio, emitido por produtores e importadores de biocombustíveis. Vale ressaltar que um CBio corresponde a 1 tonelada de carbono que deixa de ser emitida para a atmosfera no seu ciclo de produção.

EM TERMOS PRÁTICOS, COMO FUNCIONA ESSE MECANISMO?

JCF: Podemos usar, como exemplo, as sete usinas da Tereos. Entre as unidades, para emitir o CBio, há uma variação entre 739 litros e 821 litros de etanol dependendo da eficiência ambiental de cada uma. Por isso, investimos na produção de biogás na cogeração de energia e, eventualmente, na sua transformação em biometano para ser usado nas máquinas e nos caminhões para produção e transporte de cana.

A usina emite e coloca o CBio para ser negociado na B3 (bolsa de valores), e a distribuidora de combustível recebe uma quantidade individualizada para comprar CBios. Cabe ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabelecer as regras do RenovaBio e do CBio, enquanto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atribui a obrigação para o cumprimento de comercialização anual do distribuidor. Em 2020, o número de CBios gerados pelos produtores de biocombustíveis registrados na B3 superou os 14,5 milhões estipulados na meta, alcançando mais de 17 milhões. Para o próximo ano, a meta deve passar para 24,8 milhões.

> **"NA EUROPA, COMETEU-SE O EQUÍVOCO DE ANALISAR O CARRO ELÉTRICO NAQUELE CONCEITO DO TANQUE A RODA..."**

E A CHEGADA DO CARRO ELÉTRICO?

JCF: Os avanços tecnológicos não param de evoluir. No caso do carro elétrico, o foco deve estar em dois pontos: a origem do fluxo da carga elétrica e o ciclo completo da produção. Na Europa, cometeu-se o equívoco de analisar o carro elétrico naquele conceito do tanque a roda, que considera apenas as emissões diretas produzidas pelo uso do veículo, ou seja, a queima de combustível.

Hoje, o carro a etanol brasileiro emite menos CO_2 do que os carros elétricos europeu e chinês. Neste último, 69% da eletricidade origina-se do carvão mineral, responsável pela poluição do ar, pela emissão de gases do efeito estufa (GEE) e pela formação de chuvas ácidas. Alternativa viável para quem deseja ser mais sustentável, com 11% de emissão de gasolina, contemplamos um futuro bem grande para o carro híbrido, com o uso de etanol para fazer a conversão da eletricidade dentro do veículo.

PODEMOS TER UMA EXPECTATIVA MUITO POSITIVA PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

JCF: Claramente, sim. É interessante destacar que tanto o RenovaBio quanto o CBio não são produtos exclusivos do setor produtivo e de distribuição de etanol, já que qualquer cidadão pode comprar e vender CBios quando quiser. Esse modelo estende-se perfeitamente a outros setores, como o biodiesel com a soja, o sebo e outros produtos, em face da economia de energia de emissões. Trata-se de uma inovação extraordinária, com perspectivas de sucesso de larga probabilidade.

Além disso, o plano traçado pelo RenovaBio deve ajudar o Brasil a cumprir parte das metas de redução de emissões de GEE estipuladas pelo Acordo de Paris em 2015, durante a convenção que discutiu as mudanças climáticas mundiais. Comparamos a pegada de carbono dos diferentes biocombustíveis em seu ciclo de vida, da produção à queima no veículo, e mensuramos a redução de emissões proporcionada frente à alternativa fóssil. Com base nesse levantamento, as metas de descarbonização foram estipuladas, e, à medida que os biocombustíveis são mais utilizados e os CBios são comercializados, o Brasil fica um passo à frente na caminhada para cumprir o acordo de descarbonização da sua matriz energética. ■

FRASES & COMENTÁRIOS


HARA FOTÓGRAFO

No Brasil, como o setor de fertilizantes especiais tem tido um crescimento anual superior a 10% ao ano, as empresas ficam motivadas e investem 4,4% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento.”

“Na parte de sustentabilidade, aproveitamos os resíduos gerados pelo agro e as indústrias para torná-los fertilizantes seguros e eficientes em quantidades de uso adequadas.”

CLORIALDO ROBERTO LEVRERO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)

“Como são regiões com maior aptidão agrícola, a América do Sul e África Subsaariana terão de dobrar a produção de alimentos para dar comida a toda a população.”

“As tecnologias devem apontar para práticas preditivas de manejo, formação de conhecimentos dos agricultores e ampliação de conectividade das áreas agrícolas e dos mercados, com minimização de perdas e desperdício.”

“Temos a missão de apoiar países em desenvolvimento na criação e na implementação de soluções sustentáveis contra a fome a partir das experiências desenvolvidas no Brasil.”

DANIEL BALABAN, diretor da Organização das Nações Unidas (ONU) e representante do Programa Mundial de Alimentos (WFP, na sigla em inglês)

“A meta para 2021 é ter mais 77 serviços transformados em digitais, com redução dos custos em R$ 43 milhões para os usuários e R$ 117 milhões para o poder público.”

GLAUBER PEREIRA, coordenador do Escritório de Processos da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“Na cultura de soja, a fixação biológica de nitrogênio (FBN) gera uma economia de US$ 14 bilhões, que deixam de ser gastos com fertilizantes químicos nitrogenados.”

“No Brasil, 25% da área cultivada do grão já pratica a coinoculação, com o uso de bactérias para as plantas aumentarem as raízes, absorverem água e fixarem nutrientes.”

“Com políticas públicas de sustentabilidade agrícola e conhecimento científico, os microrganismos ajudam a reverter esse cenário de pastagens com alto grau de degradação.”

MARIANGELA HUNGRIA DA CUNHA, pesquisadora da Embrapa Soja





LUCIANA COSTA

Esperamos que as famílias do agro deem oportunidades para as filhas da mesma maneira como os filhos são levados para fazer a gestão da propriedade.”

“Estamos num caminho crescente no agro; não podemos subestimar os movimentos de organização das mulheres no País inteiro.”

TERESA VENDRAMINI, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

“Mais grãos saindo do nosso campo requerem, também, uma expansão de mercados.”

“O acesso a novos países consumidores e a diversificação de produtos na pauta de exportações sempre foram prioridades da nossa gestão.”

TEREZA CRISTINA, ministra do MAPA

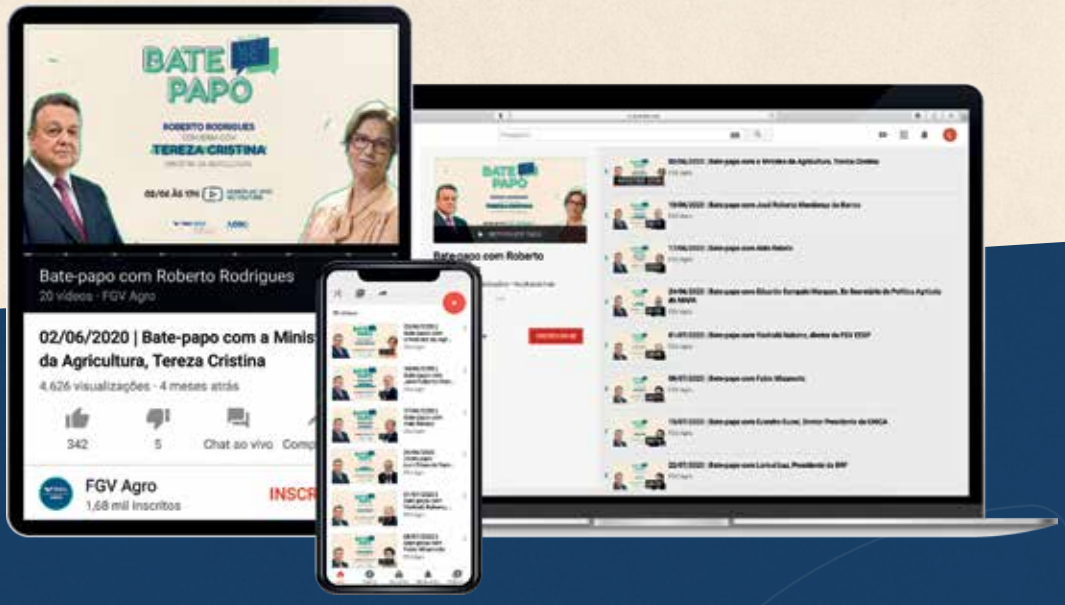


SHUTTERSTOCK

BATE PAPO

COM **ROBERTO RODRIGUES**

AO VIVO TODA **QUARTA-FEIRA** ÀS 18H00 NO CANAL DO YOUTUBE DO **FGV AGRO**!!



ASSISTA AO VIVO NO YOUTUBE

FGV EESP
FGV AGRO
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

AGRO ANALYSIS

MUDANÇA NA POLÍTICA MONETÁRIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O ANO começou com melhores perspectivas para o cenário econômico internacional. O avanço do processo de vacinação, que começou de forma lenta, mas tende a acelerar nos próximos meses, deve permitir um processo gradual de reabertura das principais economias ao redor do mundo no primeiro semestre.

Com o presidente Joe Biden à frente da presidência e maioria no Congresso, a agenda democrata dos Estados Unidos (EUA) tende a prosperar nos próximos meses. O auxílio fiscal tende a promover novos estímulos importantes à retomada da economia norte-americana, e se espera um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 5,4% nos EUA.

Do lado europeu, o quadro de agravamento dos contágios no final de 2020 e no início deste ano levou a um novo fechamento de várias economias, o que deverá afetar a atividade econômica no primeiro trimestre do ano. De qualquer forma, à medida que o processo de vacinação avançar, a economia da Zona do Euro deverá se recuperar, com crescimento projetado de 5,0% para este ano.

A economia chinesa seguiu em recuperação ao longo dos últimos trimestres, e o governo começou a retirar os estímulos. Mesmo assim, não se espera que a economia da China venha a registrar desaceleração, e o crescimento do PIB deve ficar em 8% neste ano.

Em face desse quadro, a economia global deverá seguir recuperando-se no decorrer do ano, devendo apresentar um crescimento econômico da ordem de 6,5%.

Do lado da economia brasileira, a atividade econômica deverá perder impulso no primeiro trimestre do ano, por conta do fim do auxílio emergencial e do aumento do número de contágios no começo do ano. O resultado sazonalmente ajustado do PIB do primeiro trimestre deste ano deverá ficar estável em relação ao observado no último trimestre do ano passado.

No segundo trimestre deste ano, a atividade econômica deverá ganhar impulso à medida que o processo de vacinação avançar no País. O setor de serviços será particularmente beneficiado com esse processo, uma vez que tem sido duramente afetado pelo fechamento da economia ao longo da pandemia.

A manutenção da taxa de juros em baixa, o aquecimento do setor imobiliário, os preços das *commodities* em alta e a recuperação econômica global devem contribuir para o processo de retomada da economia brasileira ao longo do ano, e o PIB deverá registar um crescimento de 3,5%.

Do lado das contas públicas, o resultado primário deve cair para 3,0% do PIB neste ano ante um déficit da ordem de 10,6% no ano passado. Com isso, a relação dívida pública bruta/PIB deverá fechar o ano próxima a 91%. O teto de gastos deverá ser cumprido com uma margem relativamente estreita neste ano, havendo uma maior folga em 2022.

Em relação às contas externas, as exportações brasileiras deverão aumentar em 2021, por conta da recuperação global e da alta dos preços internacionais das *commodities*. As importações, por sua vez, também deverão crescer, em função da retomada da atividade econômica doméstica. De qualquer forma, o saldo comercial brasileiro deverá registrar um superávit de US$ 73 bilhões neste ano. Os fundamentos das contas externas levam a uma menor pressão sobre a cotação do dólar ao longo do ano, havendo espaço para um recuo para R$ 4,90 até o final do ano.

A inflação brasileira tem sido a nota destoante no final de 2020 e no início deste ano. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano passado em 4,52%, pressionada pela alta de preços dos alimentos, pelo descompasso de oferta e demanda de bens duráveis e pela recomposição de margem no setor de serviços. As projeções indicam que o resultado acumulado em doze meses do IPCA seguirá em alta até junho, atingindo 6,00%, mas que deverá fechar o ano em 3,50%.

O Banco Central do Brasil (BCB) apontou, ao longo do último semestre do ano passado, que as pressões de preços eram pontuais e que não havia necessidade de alterar a política monetária. Os sinais emitidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) eram de que a taxa de juros seria mantida em 2% a.a. por um bom tempo.

Na reunião do Copom realizada em janeiro último, o Comitê mudou o tom, sinalizando o fim da chamada "*forward guidance*" – que indicava que a taxa de juros seria mantida em um patamar baixo por um longo período – e alertou para a possibilidade de alta de juros em breve.

Essa sinalização deixou bastante evidente que a alta de juros deverá ocorrer em algum momento mais adiante. De qualquer forma, o Copom ainda deve aguardar sinais mais concretos relativos à evolução da atividade econômica nos primeiros meses do ano antes de tomar uma decisão quanto à alta de juros. ■



SHUTTERSTOCK

COMMODITIES DESTACAM-SE NAS VENDAS EXTERNAS

Seguindo firme na liderança dos produtos exportados pelo Brasil, a soja aparece na primeira posição no *ranking* nacional, tendo crescido 8,0% em 2020. Com uma produção interna que atende menos de 15% do seu consumo, a China é o principal país comprador da nossa soja. Após o surto de peste suína africana ocorrido em 2019, o governo chinês trabalha na reestruturação da sua suinocultura, que representa 60% da produção mundial. Esse processo estender-se-á pelos próximos anos e exigirá a compra de mais grãos de soja e milho para alimentar a criação. Em 2020, também cresceram as compras externas de carnes, açúcar, café e algodão.

BRASIL: PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

PRODUTOS	2019	2020	Var.
Complexo soja	32,6	35,2	8,0%
Carnes	15,9	16,4	3,1%
Produtos florestais	12,9	11,4	-11,6%
Açúcar e álcool	6,3	10,1	60,3%
Milho	7,3	6,0	-17,8%
Café	5,2	5,5	5,8%
Algodão	2,7	3,2	18,5%
Fumo	2,2	1,6	-27,3%
Suco de laranja	1,9	1,4	-26,3%
Outros	10,2	10,0	-2,0%
TOTAL	**97,2**	**100,8**	**3,7%**

Fonte: SECEX

É importante destacar que apenas a soja responde por 34,9% das exportações do agro brasileiro. Além disso, soja, carnes, produtos florestais e açúcar/álcool representam 72,5%, mostrando como as nossas exportações são concentradas em poucos produtos. O café, que, no início do século XX, era o principal produto de exportação, ocupa, atualmente, a sexta posição, representando apenas 5,5%.

EMBARQUES CRESCEM PARA CHINA E HONG KONG

China e Hong Kong persistem como o principal destino dos produtos do agronegócio brasileiro, aumentando suas compras em 8,8% no último ano. Essa posição de liderança, que já vem de algum tempo, deve continuar firme nos próximos anos. Ainda em 2020, as vendas para o Sul da Ásia, o Sudeste Asiático e a África Subsaariana cresceram, respectivamente, 30,8%, 29,3% e 18,3% – números significativos, ainda mais levando-se em conta os desafios colocados pela pandemia de COVID-19. O Brasil foi o único país do mundo que foi capaz de atender a crescente demanda mundial durante esse difícil período.

BRASIL: DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

PAÍS/REGIÃO	2019	2020	Var.
China e Hong Kong	33,1	36,0	8,8%
UE	16,8	16,3	-3,0%
Oriente Médio e Norte da África	12,2	11,8	-3,3%
América Latina	8,0	7,7	-3,8%
Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	5,8	7,5	29,3%
EUA	7,2	7,0	-2,8%
Leste da Ásia	6,4	5,7	-10,9%
Sul da Ásia	2,6	3,4	30,8%
África Subsaariana	2,2	2,6	18,2%
Outros	2,9	2,8	-3,4%
TOTAL	**97,2**	**100,8**	**3,7%**

Fonte: SECEX

A União Europeia (UE) continua como o segundo maior parceiro comercial do Brasil, embora tenha reduzido a sua participação em 3,0% no último ano. Os Estados Unidos (EUA), que também perderam participação, estão na sexta posição. Sustentar boas relações diplomáticas e comerciais deve fazer parte das estratégias de comércio exterior praticadas pelo Brasil.

CRESCEM AS EXPORTAÇÕES NO AGRONEGÓCIO

A conjuntura econômica de 2020 foi desafiadora em razão da repentina pandemia de COVID-19. As autoridades governamentais e as empresas privadas cumpriram os protocolos do comércio internacional, o que possibilitou a segunda maior exportação do agronegócio brasileiro, atrás somente de 2018. Diversas variáveis contribuíram para esse resultado. Do lado interno, a desvalorização do real frente ao dólar estimulou as vendas para outros países. Externamente, houve uma maior demanda das nações por produtos nacionais, em especial a China. Com isso, o Brasil aumentou a sua participação no mercado internacional.

BRASIL: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

ANO	Exportação	Importação	Saldo	Var. do saldo
2011	94,9	17,5	77,4	–
2012	95,8	16,4	79,4	2,6%
2013	99,9	17,0	82,9	4,4%
2014	96,7	16,6	80,1	-3,4%
2015	88,2	13,0	75,2	-6,1%
2016	84,9	13,6	71,3	-5,2%
2017	96,0	14,1	81,9	14,9%
2018	101,7	14,0	87,7	7,1%
2019	96,8	13,8	83,0	-5,4%
2020	100,8	13,1	87,8	5,8%

Fonte: SECEX

CUMPRIMENTO DAS METAS DO RENOVABIO

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabelece as metas de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Pelos dados apurados, foram aposentados 14.535.334 créditos de descarbonização (CBios) pelos distribuidores de combustíveis até 31 de dezembro último, data de vencimento da meta de 2019/20. O número corresponde a 97,6% da meta estabelecida. Dos 141 participantes, 106 cumpriram a meta, quatro não e 31 não aposentaram CBios.

POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNPSA)

Em 13 de janeiro último, o governo federal sancionou a Lei nº 14.119, que institui a PNPSA, aprovada pelo Congresso Nacional no final do ano passado. Já adotada nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, a medida estimula a preservação dos ecossistemas, combate a degradação e fomenta o desenvolvimento sustentável das florestas. Os agentes públicos e privados podem pagar por esses serviços aos produtores. Para receber o benefício, o interessado terá de comprovar que haja uso ou ocupação regular do imóvel rural e que este está inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

FIRMEZA NOS EMBARQUES DE FRANGO

Em 2020, as exportações brasileiras de carne de frango, na soma de produtos *in natura* e processados, foram positivas, acompanhando o resultado do ano anterior. A China assumiu a liderança entre os destinos internacionais da carne de frango nacional, tendo sido seguida por Japão, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. Para 2021, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) projeta que a produção nacional poderá alcançar até 14,50 milhões de toneladas – essa quantidade superaria em 5,1% a previsão para 2020 – e as exportações, 4,35 milhões de toneladas.

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO

ANO	Produção (milhões de toneladas)	Exportação (milhões de toneladas)	Receita (US$ bilhões)
2011	13,1	3,8	8,3
2012	12,6	3,9	7,7
2013	12,3	3,9	8,0
2014	12,7	3,9	8,1
2015	13,1	4,1	7,2
2016	12,9	4,4	6,8
2017	13,1	4,3	7,2
2018	12,9	4,1	6,6
2019	13,2	4,2	6,9
2020	13,8	4,2	6,1

Fonte: ABPA

PICO NA EXPORTAÇÃO DE SUÍNOS

As exportações de carne suína *in natura* e processada alcançaram recordes de volume e receita em 2020. O destaque foram as vendas para a Ásia, impulsionadas pelo surto de peste suína africana (PSA). A crise sanitária de PSA impactou o rebanho suíno da Ásia e de parte da Europa e da África. A China foi o principal importador. Segundo a ABPA, a produção poderá totalizar 4,40 milhões de toneladas neste ano, com previsão de exportação total de 1,10 milhão de toneladas e oferta de 3,32 milhões de toneladas no mercado doméstico.

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA

ANO	Produção (milhões de toneladas)	Exportação (milhões de toneladas)	Receita (US$ bilhões)
2011	3,4	0,5	1,4
2012	3,5	0,6	1,5
2013	3,4	0,5	1,4
2014	3,6	0,5	1,6
2015	3,7	0,6	1,3
2016	3,7	0,7	1,5
2017	3,8	0,7	1,6
2018	4,0	0,6	1,2
2019	4,0	0,8	1,6
2020	4,3	1,0	2,3

Fonte: ABPA

SOBE A PRODUÇÃO DE OVOS

Desde 2010, a produção de ovos só registra crescimento. O maior alojamento das galinhas de postura concentra-se no estado de São Paulo (32,9%), seguido por Espírito Santo (10,8%) e Minas Gerais (9,9%). O mercado doméstico responde por quase a totalidade da demanda (99,5%), enquanto o consumo *per capita* segue em um bom ritmo de expansão. Com a pandemia, houve uma redução dos estoques, e temores de desabastecimento não se confirmaram.

BRASIL: PRODUÇÃO E CONSUMO DE OVOS

ANO	Produção (milhões de unidades)	Consumo *per capita* (unidades por ano)
2011	31,6	162
2012	31,8	161
2013	34,1	168
2014	37,2	182
2015	39,5	191
2016	39,2	190
2017	39,9	192
2018	44,5	212
2019	49,0	230
2020	53,5	250

Fonte: ABPA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM ÁREAS DA UNIÃO

O Decreto nº 10.592/20 atualiza a regulamentação da Lei nº 11.952/09, que trata da regularização fundiária rural em terras da União. O marco temporal continua sendo 22 de julho de 2008, mas com a exigência de que haja a inscrição do imóvel no CAR e o uso de tecnologia de sensoriamento remoto para análise dos processos em lotes de até 4 módulos fiscais.

O novo normativo permitirá ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aferir se o imóvel possui embargos ou outras pendências junto a outros órgãos ambientais. O processo só será deferido se o requerente tiver aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) ou celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou um instrumento similar com órgãos ou entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) ou com o Ministério Público.

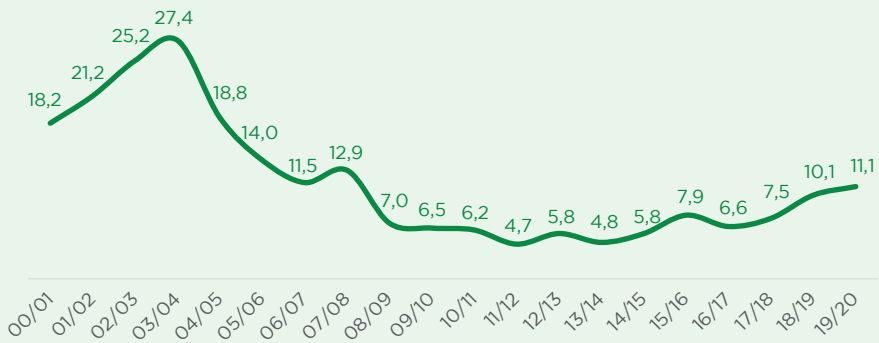
CRESCEM OS EMBARQUES DE CAFÉ

Em 2020, o Brasil exportou o volume recorde de 44,5 milhões de sacas de café, o equivalente a uma receita de US$ 5,6 bilhões. Quando comparado ao de 2019, o volume exportado cresceu 9,4% e a receita, 10,3%. Do volume embarcado, 92% são os chamados cafés verdes (81% Arábica e 11% Robusta/Conilon) e os 8% restantes são os industrializados solúveis. Entre os países compradores, permaneceram como principal destino os Estados Unidos (18,3%), seguidos por Alemanha (17,1%), Bélgica (8,4%), Itália (6,8%), Japão (5,3%) e Turquia (3,2%).

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Durante o quadriênio 2017-2020, o ritmo do desmatamento, no período de julho a agosto, voltou a se intensificar na Amazônia Legal. No último ano, o desmatamento alcançou um nível observado pela última vez apenas em 2008. Os dados são do projeto Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Desde 2013, os dados mostram uma curva ascendente.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL
(MILHÕES DE QUILÔMETROS QUADRADOS)



Fonte: PRODES/INPE

PRAZO ZERADO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex), da Câmara de Comércio Exterior (Camex), decidiu zerar a alíquota de importação de milho e soja. A medida busca manter o equilíbrio de oferta desses produtos no mercado externo. A suspensão temporária do imposto de importação para soja (grão, farelo e óleo de soja) valeu até 15 de janeiro último. Já em relação ao milho, as importações brasileiras sem pagamento de imposto irão até 31 de março próximo. O estabelecimento dessas datas visa não comprometer a comercialização da safra 2020/21, que tem a colheita prevista ainda para o início deste ano.

BUREAU VERDE DO CRÉDITO RURAL

A nova agenda de sustentabilidade do Banco Central do Brasil (BCB) cria um *bureau* verde do crédito rural para substituir o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proago (SICOR) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Com formato de *open banking*, os dados dos clientes ficam abertos para consulta por diferentes instituições financeiras. O sistema incorpora critérios para identificar as operações com características verdes e cruza dados de georreferenciamento para evitar sobreposição nas operações. A meta é aumentar em até 20% os limites de contratação para operações de crédito rural que reúnam características de sustentabilidade.

CENÁRIO FAVORÁVEL PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2021

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

A produção da agroindústria deve apresentar um crescimento de 3,7% neste ano (cenário-base), frente à perspectiva favorável para o Produto Interno Bruto (PIB), o câmbio, as exportações e a confiança do empresário industrial.

É INEGÁVEL que, por conta das consequências da pandemia de COVID-19, 2020 foi um ano desafiador para a agroindústria – bem como para os demais setores da economia. A produção agroindustrial iniciou o ano passado em campo positivo, porém, logo em março, começou a sentir os primeiros impactos da crise, atingindo o "fundo do poço" em abril, com uma contração de 17,0% na comparação interanual (ou seja, mês frente ao mesmo mês do ano anterior). Porém, a partir de então, a agroindústria entrou em uma trajetória de recuperação e, desde julho, tem apresentado taxas interanuais de crescimento positivas.

Apesar da evidente trajetória de retomada da produção agroindustrial a partir da segunda metade do ano, o setor não conseguiu recuperar todas as perdas sofridas no período mais agudo da crise, isto é, até novembro último, a agroindústria acumulava uma contração de 1,7% no ano. O Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) avalia que, mesmo que se constate que o setor cresceu fortes 3,6% em dezembro último em relação ao mesmo mês de 2019, ele deverá fechar o ano com uma retração de 1,3%.

A despeito da possível queda da produção agroindustrial no ano passado, o cenário-base para o setor neste ano é favorável. De acordo com o FGV Agro, a agroindústria deverá registrar uma expansão de 3,7%, puxada tanto por uma alta no segmento de produtos alimentícios e bebidas (1,7%), quanto por uma no de produtos não alimentícios (5,8%).

QUINTA EXPANSÃO CONSECUTIVA DA AGROINDÚSTRIA

Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), divulgado mensalmente pelo FGV Agro, a agroindústria cresceu 2,6% em novembro último relativamente ao mesmo período de 2019, representando a quinta alta consecutiva e a maior taxa de crescimento para o mês desde 2012 (5,2%). O aumento da produção agroindustrial foi reflexo tanto da expansão dos produtos alimentícios e bebidas (2,3%), quanto da dos produtos não alimentícios (3,0%).

Detalhando o segmento de produtos alimentícios e bebidas, constata-se que o seu crescimento foi sustentado exclusivamente pelo setor de bebidas, que apresentou uma intensa expansão, de 11,2%. Por sua vez, o setor de produtos alimentícios registrou, pela primeira vez em 2020, uma contração (-0,3%). Vale ressaltar que a queda da produção de produtos alimentícios foi causada



SHUTTERSTOCK

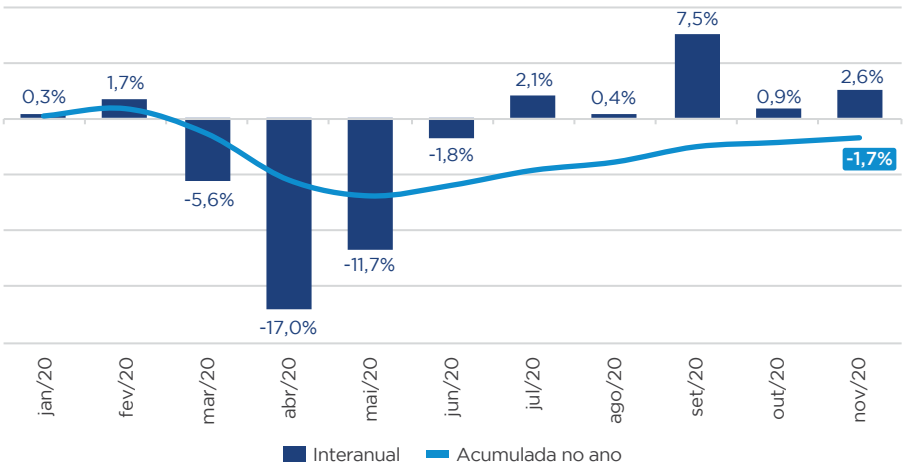
especificamente pela redução da fabricação de alimentos de origem animal (-1,6%), uma vez que a de alimentos de origem vegetal cresceu 1,0%.

Apesar da alta, é importante ressaltar a desaceleração de crescimento que a produção de alimentos de origem vegetal vem sofrendo. Isso considerando que, até setembro último, as variações interanuais vinham sistematicamente elevadas (acima de dois dígitos!) e que, no pior momento da crise para a agroindústria – abril último –, o setor registrou um crescimento (incrível!) de 26,1%. A partir de outubro último, no entanto, a intensidade dessas expansões ficou visivelmente menor. Essa desaceleração foi causada, sobretudo, pela redução da produção de conservas e sucos, óleos e gorduras e arroz.

Dentro do segmento de produtos não alimentícios, merece destaque a alta quase generalizada entre os setores. A única exceção foi o setor de biocombustíveis, que apresentou a sétima contração consecutiva (-17,5%), refletindo a preferência do produtor na fabricação de açúcar em detrimento da de etanol.

No segmento de produtos não alimentícios, chama a atenção, também, o bom desempenho do setor de produtos florestais, que teve a sua produção aumentada em 6,1%. Esse desempenho foi, notadamente, um reflexo do favorável momento das exportações do setor, as quais se expandiram 15,7% em novembro último. O setor de produtos têxteis, por sua vez, também merece destaque, já que registrou um crescimento (5,0%) pela primeira vez desde janeiro do ano passado – lembrando que este foi um dos setores agroindustriais mais impactados pela crise de COVID-19, chegando a cair 63,7% em abril último.

PRODUÇÃO FÍSICA DA AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA NO ANO (EM %)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA E OS SEUS SEGMENTOS EM 2021
(% A.A.)

SEGMENTO	Pessimista	Base	Otimista
Agroindústria	**1,2**	**3,7**	**5,5**
Produtos alimentícios e bebidas	0,6	1,7	2,2
Produtos não alimentícios	1,8	5,8	8,9

Fonte: FGV Agro

COMO SERÁ 2021?

Mesmo com o crescimento apresentado no mês, a agroindústria não conseguiu eliminar as perdas sofridas, principalmente, no primeiro semestre do ano. Desta forma, até novembro último, a produção agroindustrial acumulou uma queda de 1,7%. Com isso, infelizmente, não deverá fechar o ano muito distante desse patamar, de forma que, considerando que o setor cresça, no cenário otimista, 3,6% em dezembro último na comparação interanual, deve terminar 2020 com uma contração de 1,3% frente a 2019.

Dada a pequena queda do ano passado, o que esperar de 2021 para a agroindústria? Para este ano, o FGV Agro estima, no cenário-base, que a produção agroindustrial cresça 3,7% em relação ao ano anterior, puxada tanto pela expansão dos produtos não alimentícios (5,8%), quanto pela alta dos produtos alimentícios e bebidas (1,7%).

Por trás desse cenário, há a perspectiva de: (i) uma alta significativa no PIB; (ii) uma moeda ligeiramente menos depreciada em relação ao dólar; (iii) a manutenção da confiança do empresário industrial em um patamar similar ao observado em dezembro último; (iv) o favorecimento das exportações de produtos alimentícios e bebidas; e (v) um aumento das importações de produtos não alimentícios. Naturalmente, esse cenário supõe que não haja grandes surpresas com uma segunda onda de COVID-19, que a vacinação ganhe fôlego robusto ao longo do ano e, por fim, que não ocorra nenhum evento político muito adverso. Apesar dos riscos, a chance de 2021 ser bom para a agroindústria é grande. Que assim seja! ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

XXI Congresso Brasileiro de Sementes

Semente - Propulsora do Agronegócio.

AGENDE-SE PARA O MAIOR EVENTO DA ÁREA SEMENTEIRA DO BRASIL!

06 a 09 DEZ de 2021

EXPO UNIMED

Curitiba - Paraná



INSCREVA-SE: www.cbsementes.com

Promoção e Realização: ABRATES

Apoio: Embrapa

Organização: F&B EVENTOS

ALGODÃO TERÁ BOM LUCRO, MAS INFERIOR AO DA SAFRA PASSADA

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Devido ao atraso no plantio de soja da safra 2020/21, a janela para o plantio de algodão ficou reduzida na safra de inverno. Com isso, espera-se uma redução de 11,7% da produção da cultura em relação à da safra 2019/20. Em adição à expectativa de boa demanda nas exportações nacionais, os preços médios da safra atual estão 12,7% mais elevados. No entanto, devido ao aumento dos custos de produção e à redução da produtividade, o lucro será menor em relação ao da safra anterior. Mais uma vez, a estratégia (e, portanto, o momento) de venda será fundamental para determinar o resultado.

SEGUNDO DADOS do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), os custos de produção do algodão subiram 11,0% em Mato Grosso na safra 2020/21 em relação aos da safra passada. Com relação aos rendimentos das lavouras, a estimativa é de queda de 6,9% na produtividade média (pluma), em função dos atrasos na semeadura e do clima menos favorável.

Já com relação aos preços, a expectativa é de um preço médio da pluma maior em 2021 em comparação ao de 2020. Nessa análise, foi considerada como preço de venda da pluma, para a temporada 2019/20, a cotação média de julho de 2019 a junho de 2020. Já para o ciclo 2020/21, o preço utilizado nas estimativas foi a média de julho de 2020 até janeiro de 2021. Destaca-se que, em Mato Grosso, até janeiro, cerca de 60,0% da produção de pluma do estado já havia sido comercializada para entrega futura.

Assim, para a temporada atual, o aumento no preço médio de venda da pluma não será suficiente para compensar a queda prevista na produtividade e o aumento nos custos de produção. A estimativa é de um lucro médio de

SHUTTERSTOCK



R$ 2.631,45 por hectare em 2020/21, 12,7% menor em comparação ao da safra passada, mas historicamente um bom resultado para a atividade.

Na safra 2019/20, os melhores preços foram registrados em outubro, quando a pluma comercializada ficou próxima de R$ 130,00 por arroba. Na safra 2020/21, os maiores preços foram observados em janeiro último. Levando em conta esses parâmetros, ou seja, considerando os melhores preços de venda registrados, o lucro chegou a R$ 7.174,76 por hectare em 2019/20 e, para 2020/21, o produtor que deixou para negociar mais tardiamente tem um lucro estimado em R$ 6.219,96 por hectare. Nessa situação, o resultado da safra atual será positivo, mas também inferior ao da safra passada.

EXPECTATIVA DE PRODUÇÃO

No Brasil, o algodão compete diretamente com o milho na área de plantio da segunda safra após a colheita da soja precoce da primeira safra, de verão. Para uma comparação, em Mato Grosso, principal produtor de algodão na temporada 2019/20, 87,5% da área foi semeada na segunda safra, de inverno, segundo informações do IMEA.

Esse entendimento é importante para explicarmos a redução na área da cotonicultura no País na atual temporada (2020/21). Com os atrasos nas chuvas em boa parte do País durante setembro, outubro e novembro do ano passado, houve atrasos na semeadura de soja na primeira safra. Com isso, o espaço de tempo da janela de plantio do algodão na segunda safra está mais apertado. Além disso, as fortes altas no preço do milho aumentaram a intenção de plantio.

De acordo com a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a queda na área de algodão está em 8,8% no ciclo atual frente à safra passada. Como a produtividade média (pluma) deverá ser 3,1%, a produção brasileira de pluma deverá

MATO GROSSO: RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE PLUMA DE ALGODÃO CONSIDERANDO PREÇOS MÉDIOS DE VENDA

PARÂMETROS	2019/20	2020/21	Var. %
Custo de produção (R$/hectare)	9.088,24	10.091,44	11,0
Produtividade média (arrobas/hectare)	125,10	116,51	-6,9
Preço de venda (R$/arroba)	96,74	109,20	12,9
Receita (R$/hectare)	12.102,17	12.722,89	5,1
RESULTADO (R$/HECTARE)	**3.013,93**	**2.631,45**	**-12,7**

Fonte: IMEA; Scot Consultoria

MATO GROSSO: RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE PLUMA DE ALGODÃO CONSIDERANDO OS MELHORES PREÇOS DE VENDA

PARÂMETROS	2019/20	2020/21	Var.
Custo de produção (R$/hectare)	9.088,24	10.091,44	11,0
Produtividade média (arrobas/hectare)	125,10	116,51	-6,9
Preço de venda (valor máximo – R$/arroba)	130,00 (out/20)	140,00 (jan/21)	7,7
Receita (R$/hectare)	16.263,00	16.311,40	0,3
RESULTADO (R$/HECTARE)	**7.174,76**	**6.219,96**	**-13,3**

Fonte: IMEA; Scot Consultoria



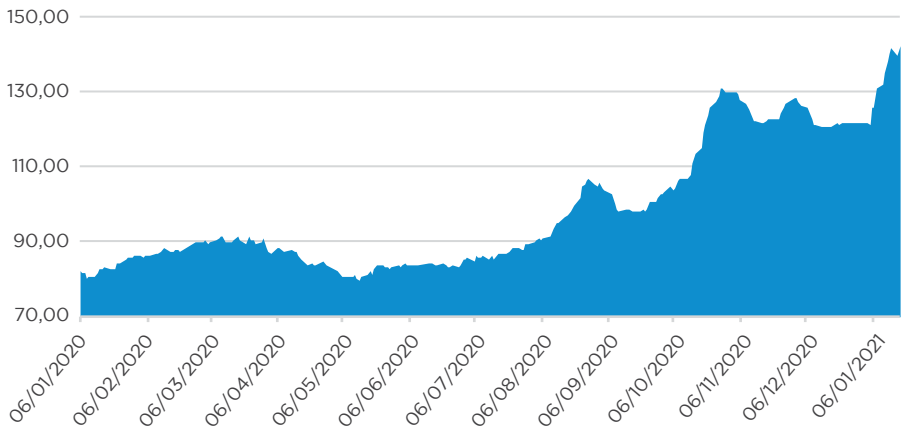
cair 11,7% em 2020/21 em relação ao colhido em 2019/20.

Além da menor área, houve os atrasos na programação da semeadura. Em Mato Grosso, por exemplo, até o final da primeira quinzena de janeiro último, 9,3% da área prevista com algodão foi semeada, diante dos 28,1% no mesmo período da safra passada e dos 29,8% na média das cinco últimas safras.

Para a safra 2020/21, a redução da produção brasileira significa um fator positivo para a sustentação dos preços da pluma no mercado interno. As expectativas são positivas, também, com relação às exportações nacionais. Em Mato Grosso, no mercado disponível, os preços subiram 71,5% neste ano em comparação à cotação de um ano atrás (19 de janeiro de 2019). Apenas em janeiro, o preço acumulou uma alta de 18,6%.

Desta forma, a previsão é de que os preços se mantenham em patamares mais altos neste ano, acompanhando o movimento de recuperação iniciado no segundo semestre de 2020. Como pontos para atenção, destacam-se as incertezas com relação à COVID-19, no sentido de afetar a demanda mundial por produtos têxteis, e a cotação do dólar, cuja expectativa é de desvalorização em relação a 2020. ■

PREÇOS DA PLUMA EM MATO GROSSO NO MERCADO DISPONÍVEL
(R$ POR ARROBA)



Fonte: IMEA; elaboração: Scot Consultoria

* Zootecnista da Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

RASTREABILIDADE COM NOVAS DEMANDAS E OPORTUNIDADES

FERNANDA KESROUANI LEMOS*

Assim como o desmatamento da Amazônia, a COVID-19 fomenta debates sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. Fica cada vez mais evidente a necessidade de identificar a procedência e garantir a sanidade dos produtos. Diversas epidemias foram originadas pelo consumo ou pela contaminação de animais não domesticados.

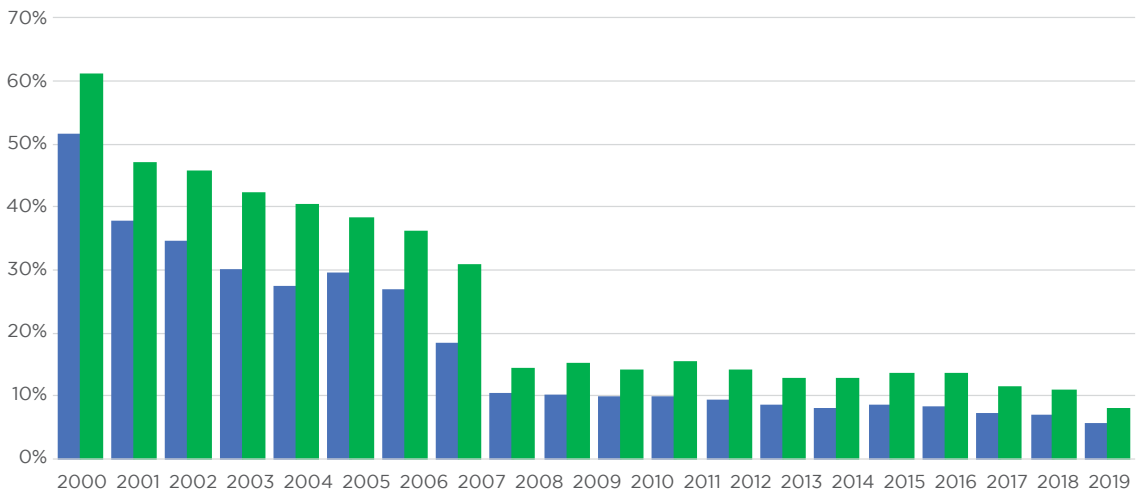
A QUESTÃO sanitária não é um assunto novo para o mercado de proteínas animais do Brasil. Com alguma frequência, veem-se barreiras comerciais relacionadas ou não a alegações de não conformidade quanto à salmonela ou, ainda, por se tratar de um país livre de febre aftosa por meio da vacinação. Já com relação à procedência, em especial relacionada ao desmatamento, cabe a necessidade de realizar o rastreamento do alimento até chegar ao consumidor. Essa é uma novidade para o mercado e a cadeia de produção brasileiros.

Essas duas exigências podem não guardar similaridades à primeira vista, mas são parte de uma visão sobre as ameaças à vida humana no longo prazo. E, por isso, esses temas ganharam ênfase entre diversos segmentos da sociedade. Essa demanda, originada e proveniente da União Europeia (UE), gerou ruídos nos mercados do agronegócio inicialmente. Entrar em conformidade com tais requisitos implica mudanças institucionais nos marcos regulatórios e na forma de as empresas organizarem a produção. No entanto, a seriedade desse posicionamento não se aplica apenas ao setor. Investidores de todo o mundo passaram a reivindicar do Brasil uma



SHUTTERSTOCK

PARTICIPAÇÃO DA UE NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE CARNE BOVINA



Fonte: ABIEC (2020); elaboração pela autora

resolução quanto à preservação das florestas, como no caso da Amazônica, e (como importadores) quanto à procedência dos alimentos produzidos.

A solução não é rápida nem óbvia em termos práticos, mas carrega uma sequência de oportunidades para o agronegócio brasileiro. Isso acontece todas as vezes que o mercado sinaliza a necessidade ou a valorização de atributos em produtos e serviços, com a possibilidade de novas formas de atendimento.

Um exemplo disso foram os requisitos de mercado impostos pela UE para a importação de carne bovina na década de 2000. A finalidade era sanitária, ou seja, garantir a "qualidade" dos produtos provenientes da pecuária de corte brasileira. As motivações atuais para reacender esse processo são outras: desmatamento da Amazônia; produto sustentável; menor emissão de CO_2; e evitar a possibilidade de zoonoses.

A cadeia de pecuária bovina de corte modificou-se e reestruturou-se para atender a demanda da UE. Mas tão importante quanto esse fato foi a sua diversificação de produtos e mercados atendidos. A participação da UE na pauta de exportações de carne bovina brasileira despencou, enquanto, no horizonte de 2000 a 2019, o crescimento em volume exportado foi de 421% e, em valor, de 816% (ABIEC, 2020). Agora, o recente acordo comercial entre a UE e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pode facilitar outros tratados e abrir novos parceiros comerciais para os produtores de carne bovina do Brasil.

O mercado de "qualidade" para o consumidor interno foi um mote de desenvolvimento para toda a cadeia de pecuária brasileira em termos de intensificação tecnológica, ganhos de eficiência produtiva e, também, melhorias quanto à sustentabilidade. Esses ganhos levarão a índices de maior produção utilizando a mesma área, o que ajudará a mitigar as emissões de gases do efeito estufa (GEE), causadores das mudanças climáticas e do aquecimento global.

Devemos lembrar que a bovinocultura é uma atividade de importância mundial, fonte de alimentos para a população e origem de subsistência para mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Nesse contexto, pelo seu tamanho e pelo seu potencial, a pecuária brasileira pode ser parte da solução ambiental em escala planetária.

O julgamento da adesão da rastreabilidade como objetivo de desenvolvimento sustentável pode ser entendido de duas formas: nova barreira comercial ou oportunidade de melhoria da governança dessa cadeia. Olhemos com foco na segunda alternativa, pois levará à recuperação de área degradadas para pastagem e aumentará o sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). Os entraves comerciais não devem "vendar os olhos" quanto às possibilidades e às oportunidades apresentadas.

Colocar a sustentabilidade novamente como prioridade nos objetivos como país, nas atividades e nos valores pessoais é pensar em um futuro à prova de presente, diferenciando, mais uma vez, a nossa agricultura tropical das demais agriculturas do Planeta. ■

* Doutora em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e professora na Universidade Ibirapuera

BRASIL AGROAMBIENTAL

ERIKA PINTO
Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e líder da Força-Tarefa Pagamento por Serviços Ambientais (FT PSA) da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

ANA TULIA DE MACEDO
Coordenadora de Relações Governamentais da Natura &Co e participante da FT PSA da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

A TÃO aguardada Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) foi sancionada pelo presidente da República em 13 de janeiro último. A Lei nº 14.119 foi resultado de muito trabalho e diálogo entre especialistas no tema de organizações da sociedade civil, do setor privado e do setor produtivo e parlamentares. Embora seja uma indiscutível vitória, decorrente de um esforço iniciado há treze anos, com o Projeto de Lei (PL) nº 792/07, alertamos que ainda há alguns desafios a serem superados, em especial com relação aos pontos vetados na sanção presidencial no âmbito do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), previsto em lei.

Valorar e remunerar a provisão de serviços ambientais é uma estratégia fundamental para integrar os setores produtivo e ambiental em torno de uma mesma agenda de enfrentamento aos riscos climáticos, por meio de uma gestão sustentável das florestas e da agricultura. Isso permite que se evitem a perda de cobertura florestal, a perda de biodiversidade e o agravamento do aquecimento global, que levará, por exemplo, à alteração do regime de chuvas e, assim, à redução da capacidade de produção agropecuária em muitas regiões, gerando prejuízos para a economia do País.

O primeiro desafio é incentivar uma mudança de comportamento que leve à manutenção ou à recuperação das funções desempenhadas pela floresta em pé, até então tratadas como serviços e bens gratuitos.

Além de reconhecer os serviços ambientais como passíveis de remuneração, a lei também define diretrizes e estabelece segurança jurídica para as iniciativas de PSA, abrangendo terras públicas e privadas atreladas à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). E, ainda, a lei prioriza as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os agricultores familiares, sendo essas populações as mais vulneráveis dos pontos de vista socioeconômico e climático.

UM LONGO CAMINHO ATÉ A SANÇÃO

Um dos marcos para que a Lei tivesse o formato com o qual foi sancionada foi a aprovação do PL nº 312/15 – substitutivo do PL nº 792/07 – pela Câmara dos Deputados no final de 2019. A matéria passou para discussão no Senado Federal, liderada pelo relator senador Fabiano Contarato (REDE/ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal no biênio 2019-2020, já sob a forma de PL nº 5.028/19.

Diversos atores reunidos sob o guarda-chuva da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura deram início a um processo de diálogo e construção de apoios para corrigir aspectos críticos do PL que ameaçavam a existência de iniciativas subnacionais de PSA a serem viabilizadas por meio da alocação de recursos públicos.

Então, a Coalizão Brasil emitiu uma nota técnica com recomendações de aprimoramento, entre as quais destacava-se a importância de harmonizar o texto previsto no artigo 41 do Código Florestal, com menção às Reservas Extrativistas (RESEX) e às Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – por conta do papel importante dos serviços ambientais prestados nessas áreas por comunidades tradicionais – e, entre os imóveis privados, às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

A referida nota técnica foi remetida à CMA do Senado, que incluiu o material nos registros do processo legislativo e realizou três audiências públicas com o objetivo de ampliar, qualificar e legitimar o debate e as contribuições.

No final de 2020, o parecer do relator foi votado e aprovado, contemplando grande parte das sugestões encaminhadas pela Coalizão Brasil, em

conjunto com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – uma articulação fundamental para alinhar os consensos e garantir a aprovação do PL. O texto voltou, então, para a Câmara e, ainda em dezembro, foi aprovado e encaminhado para a sanção presidencial.

OS VETOS E OS DESAFIOS A PARTIR DE AGORA

A sanção presidencial trouxe a esperança de implementação imediata da PNPSA no País, mas trouxe, também, uma preocupação em razão dos vetos que excluíram da Lei dispositivos considerados fundamentais para garantir transparência e incentivos para o PFPSA.

O primeiro deles relaciona-se à criação de um órgão colegiado que avaliaria o Programa e garantiria a participação de representantes da sociedade civil. Nesse caso, portanto, o veto compromete o controle social e a transparência sobre a alocação dos recursos públicos no Programa.

Outro veto deu-se em relação à criação do Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA), o que garantiria transparência em relação aos registros das áreas beneficiadas, dos serviços prestados e das metodologias adotadas, por exemplo.

Por fim, foram retirados da lei os benefícios fiscais, os incentivos tributários, os créditos com juros diferenciados para atividades de recuperação de áreas degradadas e restauro de ecossistemas em áreas prioritárias e para programas de educação ambiental voltados a populações tradicionais, entre outros pontos impulsionadores da atividade.

Diante disso, o momento que se apresenta agora é o de manter o engajamento dos setores envolvidos para a articulação de uma estratégia de debate com o Congresso Nacional que vise à derrubada dos vetos presidenciais. Assim, será possível restaurar a vontade dos legisladores, que nada mais é do que o reflexo dos anseios da sociedade civil, do agronegócio, do setor empresarial, entre outros, em prol de um PFPSA que seja robusto, transparente, aberto ao controle social e eficiente como instrumento para acelerar uma economia verde. ■

SHUTTERSTOCK



A LÓGICA DA LOGÍSTICA

JOÃO ALBERTO ABREU*

O escoamento do pujante agronegócio nacional depende das ferrovias como nunca antes dependeu. Em Mato Grosso, a Ferronorte transporta, hoje, metade do volume de grãos exportado pelo estado, ligando Rondonópolis ao Porto de Santos. Com solo, clima e tecnologia já disponíveis, resta ao Brasil investir em logística e gestão para aumentar ainda mais a competitividade do nosso agro.

NUM ANO em que a COVID-19 ecoou como uma incontornável ameaça pelos quatro cantos do mundo, a exportação do agronegócio brasileiro seguiu inabalável. Em plena pandemia, a logística do escoamento da produção agrícola nacional mostrou a sua importância para atender tanto as necessidades internas de abastecimento, quanto as exportações, vitais para a balança comercial de um Brasil combalido.

Ao fim do fatídico 2020, vendemos a outros países 83,6 milhões de toneladas de soja e 34,5 milhões de toneladas de milho, de acordo com o 3º Levantamento da Safra de Grãos 2020/21, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em dezembro último. Números incríveis? Não resta dúvida. Poderiam ser maiores? *Idem*.

Entre as opções logísticas de que o País dispõe, uma ainda se encontra aquém de atingir o seu potencial máximo e desempenhar o mesmo papel que tem em países de grandes dimensões como Estados Unidos, China e Rússia. Trata-se do modal ferroviário, que é mais eficiente, barato e sustentável do que os outros e, apesar disso, segue sendo o grande gargalo na hora de fazer os produtos circularem.

O sonho dos agricultores brasileiros é ter um escoamento via trilhos próximo da produção, com o caminhão, de maneira tão imprescindível quanto lógica, servindo de elo entre o campo e os terminais de embarque.

Isso pressupõe políticas públicas adequadas, que, felizmente, vêm sendo colocadas em prática. No que diz respeito ao desenvolvimento do agronegócio, a



demanda crescente de alimentos e fibras vem sendo acompanhada pela visão moderna da ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, com o apoio da equipe econômica.

Espera-se a mesma atenção do Ministério da Infraestrutura (MI), com Tarcísio de Freitas à frente. Aqui, a estratégia é complexa e rica em variáveis. Mover as peças nesse tabuleiro pressupõe uma visão ampla que contemple: (i) pesados investimentos em infraestrutura; (ii) implementação de acordos comerciais bilaterais como o anunciado entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); e (iii) estabilidade e previsibilidade ao produtor.

EFEITO DO INVESTIMENTO

Tomemos Mato Grosso, celeiro dos maiores volumes de grãos produzidos hoje no Brasil, como exemplo. Uma ferrovia de nome Ferronorte, concessionada à Rumo, responde, hoje, por metade do volume exportado pelo estado, saindo de Rondonópolis, conectando-se à chamada Malha Paulista, chegando ao Porto de Santos e partindo das águas deste para o mundo.

A concessionária vem manifestando a intenção de estender o traçado desse corredor em Mato Grosso há tempos, levando a malha atual de Rondonópolis até Lucas do Rio Verde, passando por Cuiabá e Nova Mutum. A obra seria integralmente feita com recursos privados, desembolsados pela empresa, mediante uma simples autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – uma vez que o contrato de concessão já existe e se encontra em vigor.



SHUTTERSTOCK

Quando essa proposta se concretizar, teremos uma verdadeira revolução na infraestrutura nacional, com o corredor Lucas do Rio Verde-Santos integrando o que poderá vir a ser o maior entroncamento ferroviário da América Latina. Vale adicionar à logicidade dessa equação o fato de que quase a totalidade das embarcações que transportam soja e milho brasileiros para a Ásia o faz ao largo do Cabo da Boa Esperança, na África do Sul. Isso significa que o Porto de Santos representa o caminho mais curto entre a nossa produção e os seus principais consumidores, justificando todos os esforços para otimizar o fluxo de cargas por essa via de escoamento.

De pronto, o modal ferroviário consolidar-se-ia como o principal meio de circulação de mercadorias e da produção agroindustrial mato-grossense. As rodovias seriam menos usadas para movimentar grandes cargas por longas distâncias, ganhando força, valor e relevo nas pernas menores entre a lavoura e os trilhos.

Uma vez que existe uma intrínseca relação entre infraestrutura e crescimento econômico, é fundamental que a trajetória desses investimentos se dê com muita celeridade, sempre ancorada em investimentos privados e garantindo estabilidade e segurança para as próximas safras do agronegócio brasileiro.

O solo, o clima e a tecnologia ideais nós já temos. Com logística e gestão adequadas, nada faltará ao Brasil para produzir cada vez mais e suprir a alimentação de que o mundo necessita. ■

* CEO da Rumo

DOIS CAPÍTULOS

PEDRO CAMARGO NETO*

A análise de acontecimentos passados mostra que, em momentos em que o Governo reduziu o seu controle e eliminou distorções que afetavam o agro, o setor respondeu com desenvolvimento econômico.

NÃO SE trata de uma resenha – que seria elogiosa – sobre a publicação "Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário". Os interessados pela história da agropecuária devem ler a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Conhecer o passado é essencial para enxergar o futuro. A história não se repete, mas oferece um amplo conhecimento.

Os desafios futuros do setor são imensos. Entendemos que sempre há temas a serem observados como relevantes na construção do setor. Destacamos dois capítulos das políticas governamentais que chamam a atenção e cuja melhor compreensão nos auxilia a olhar, agora, para o futuro.

LEI KANDIR, EM SETEMBRO DE 1996

Apresentada pelo então deputado Antônio Kandir, a Lei Complementar (LC) nº 87 foi aprovada quando ele já era ministro do Ministério do Planejamento do governo de Fernando Henrique Cardoso. Determinante para isso, foi a participação do então secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), José Roberto Mendonça de Barros, competente economista reconhecedor do valor da agropecuária. Tratava-se de uma resposta estruturante à crise cambial existente naquele momento, com uma forte pressão sobre a competitividade do setor. O reconhecimento desse trabalho deveria determinar a maneira como chamamos a importante e única até hoje reforma tributária da agropecuária.

A LC nº 87/96 isentou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários destinados à exportação. O setor de processamento de óleos vegetais, por exemplo, perdeu a vantagem da taxação de uma alíquota menor na exportação quando comparada à do grão. Na época, a localização das unidades industriais era um resultado das distorções causadas pelos incentivos estaduais ao ICMS.

Até hoje, os estados reclamam do que chamam de perda de receita. O pensamento sobre os benefícios de agregar valor ao produto primário é sempre lembrado. Esquecem-se de mencionar que a competitividade da operação de agregação de valor, sempre importante, não pode ser custeada penalizando o produto primário.

A produção de soja atual reflete essa reforma tributária. A competitividade do grão ampliou a produção e a exportação, gerando desenvolvimento e riqueza nas regiões, em particular o Centro-Oeste. São resultados da Lei Kandir-Mendonça de Barros. Seria interessante um estudo que simulasse o reverso. Qual seria a produção, e em que regiões, se tivesse sido mantida a tributação na exportação do grão?

Seria importante conhecer mais sobre esse impacto. O resultado da produção de soja permitiu melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em muitas regiões do País. Com uma arrecadação fiscal ampliada, vieram o crescimento e o enriquecimento econômicos. Pressionar o orçamento da União pleiteando recursos por haver um entendimento de prejuízo pela exportação de produtos primários é uma atitude equivocada.

PLANO COLLOR, EM MARÇO DE 1990

O ex-presidente Fernando Collor de Melo será sempre lembrado pelo processo de *impeachment*. Nos primeiros dias do seu governo, promoveu uma significativa reforma liberalizante e macroeconômica, com um profundo impacto positivo sobre o setor agropecuário. É interessante elaborar as inúmeras transformações ocorridas.

Collor promoveu uma abertura econômica, a única até os dias de hoje, reduzindo alíquotas de imposto de importação de produtos. O setor agropecuário, que já tinha alíquotas baixas para os seus produtos e alíquotas altas para os seus insumos e equipamentos, acabou beneficiado. A maior exposição ao mercado internacional trouxe transformações à indústria de insumos, máquinas e equipamentos utilizados pelo setor.

As alterações importantes na desregulamentação criaram condições para a modernização dos portos. Houve uma redução significativa nos custos, com benefícios à exportação. Terminais graneleiros privados e de contêineres foram construídos em portos novos e já



SHUTTERSTOCK

existentes. Faltou realizar – e, hoje, estão sendo realizados – os investimentos na infraestrutura de transporte.

A extinção da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil (BB) – órgão de administração autárquica no comércio exterior, usualmente com viés antiagrícola – concretizou-se com o suposto argumento de agregar valor ou reduzir o impacto inflacionário sobre a exportação dos produtos primários.

Em relação ao Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), é importante destacar os impactos da sua eliminação. O comércio exterior era todo realizado com a intervenção dessa estatal, que adquiria o açúcar das usinas dos estados do Nordeste para a exportação. A região Centro-Sul, extremamente competitiva, era proibida de exportar. O Brasil se tornou o maior exportador mundial em poucos anos como resultado dessa liberalização.

As usinas possuíam quotas para a produção de açúcar, enquanto os produtores tinham quotas para a produção de cana-de-açúcar. Ambos os tipos de quota eram administrados, um a um, de acordo com o plano anual elaborado pelo IAA. O crescimento do processamento industrial e agrícola era todo administrado e controlado.

Os preços do açúcar e da cana-de-açúcar eram fixados pelo governo federal. O processo de liberalização de preços ocorreu primeiro com o açúcar, sendo que os preços permaneceram administrados na cana-de-açúcar, por meio da planilha dos custos de produção desenvolvida pela Fundação Getulio Vargas (FGV). A transição levou o setor industrial a propor – e os produtores a aceitarem – um interessante mecanismo contratual que incorporou o índice que correlaciona o preço do produto agrícola ao do industrializado e que é conhecido como Açúcares Totais Recuperáveis (ATR), definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP).

O processo de extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) eliminou os controles na exportação. A liberalização dos mercados e a diferenciação por qualidade, antes inibidas pela forte intervenção estatal, prosperaram.

Não seria possível deixar de mencionar, também, as medidas heterodoxas de congelamento das contas bancárias e manipulação dos índices de correção dos contratos, com uma distorção forte dos ativos e dos passivos dos agricultores. O pesado endividamento criado levou muitos anos para ser absorvido, com sequelas entre os setores mais frágeis de produtores. ■

* Produtor e liderança rural

GOVERNO BIDEN SERÁ ALIADO OU ADVERSÁRIO DO AGRO BRASILEIRO?

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

Por mais que algumas narrativas contra o Brasil tenham ganhado força com a vitória do democrata Joe Biden, o saldo das mudanças sugeridas até então pelo novo presidente dos Estados Unidos (EUA) é positivo para o agronegócio brasileiro. No entanto, não podemos ficar parados; temos de aproveitar as oportunidades e fazer a nossa lição de casa.

DESDE QUE a contagem de votos sinalizou que a vitória do democrata Joe Biden era o cenário mais provável, iniciou-se, aqui no Brasil, um conjunto de análises sobre os possíveis impactos da gestão do novo presidente norte-americano sobre a economia brasileira. Nessas análises, houve um destaque especial para três tópicos sensíveis ao agronegócio brasileiro: (i) as políticas de estímulo econômico dos EUA; (ii) a relação entre esse país e a China; e, por fim, (iii) a nova abordagem desse governo envolvendo as questões ambientais. Em que medida a gestão Biden pode ser favorável ou desfavorável ao agronegócio nacional?

POLÍTICAS DE ESTÍMULO ECONÔMICO: MAIS INJEÇÃO DE DINHEIRO

Apesar de o presidente Joe Biden ter anunciado, durante a campanha, que não mediria esforços para recuperar a economia das turbulências causadas pela pandemia, as declarações de Janet Yellen, a nova secretária do Tesouro dos EUA, foram ainda mais contundentes. Ela afirmou que este é o momento de pensar grande e agir de forma robusta, mesmo que isso implique uma forte expansão do déficit público e do aumento da dívida.

Essa sinalização deixa evidente que haverá uma nova enxurrada de dólares no mercado internacional nos próximos dois anos. Além de aquecer a economia norte-americana, com todos os seus transbordamentos para o resto do mundo, essa expansão fiscal deverá gerar, também, sustentação para as cotações das *commodities* agrícolas, uma vez que, em condições de risco normal, os investimentos em títulos da dívida norte-americana deverão permanecer pouco atraentes. Enfim, essa política econômica mais agressiva da gestão Biden tende a favorecer o agronegócio brasileiro.

A RELAÇÃO ENTRE OS EUA E A CHINA: MUITO ALÉM DA GUERRA COMERCIAL

Certamente, uma das marcas da política internacional do governo Trump foi a maior agressividade ao lidar com questões envolvendo a China. Uma das faces dessa postura mais aguerrida foi uma política comercial mais dura com os chineses. Em diversos momentos, esse atrito comercial favoreceu o agronegócio brasileiro, uma vez que a China, como resposta, passou a adquirir um volume maior de grãos do Brasil em detrimento daqueles produzidos pelos EUA.

Por mais que a gestão Biden tenha prometido moderar o discurso contra a China, o cenário-base não é de forte reversão dessa política. É fundamental ressaltar que os atritos comerciais entre os dois países, mais do que causa, são consequência de um fenômeno bem maior: a emergência da China como uma potência que quer se tornar hegemônica em nível mundial por volta de 2050.

A disputa entre as duas maiores economias do Planeta tem se traduzido em diversas frentes além da disputa comercial, como no campo militar (a exemplo das disputas no mar do Sul da China), na área de tecnologia, na garantia de direitos de propriedade, na influência sobre os organismos multilaterais etc. Em síntese, a disputa entre

ESTÁ BARATO EMITIR UMA DÍVIDA NOVA

Como justificativa para ampliar o déficit público, a nova secretária do Tesouro argumenta que o custo de emitir uma dívida nova está muito baixo, uma vez que as taxas de juros norte-americanas, tanto de curto prazo, quanto de médio prazo, estão muito baixas. No momento em que este artigo é escrito, a taxa de juros de curto prazo (Effective Federal Funds Rate) estava em 0,09% a.a. e a taxa de juros de dez anos era de 1,12% a.a. A título de comparação, a taxa Selic, aqui no Brasil, estava em 2,00% a.a. (piso histórico!) e os juros futuros de dez anos operavam a 7,80% a.a.

SHUTTERSTOCK



os EUA e a China vai muito além dos atritos comerciais.

Mesmo que a gestão Biden adote um discurso mais moderado e reverta alguma das elevações tarifárias promovidas pelo governo Trump como "gesto de boa vontade", a demanda chinesa por grãos é enorme, pois:

- a sua economia continua crescendo em ritmo acelerado (de acordo com o FMI, deverá crescer 7,9% neste ano, após ter sido a única economia do G20 que não encolheu em 2020);
- o seu rebanho suíno ainda está se recuperando das perdas causadas pela peste suína africana; e
- os chineses já adquiriram parte da atual e da próxima safra brasileira de grãos.

Em adição a esses fatores pelo lado da demanda, vale ressaltar que, de acordo com as projeções do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, na sigla em inglês), os estoques de passagem da atual safra, principalmente para milho e soja, estão nos seus níveis mais baixos desde a safra 2016/17, e, devido a questões climáticas adversas, como estiagem mais prolongada na América do Sul e inverno mais rigoroso na América do Norte e no Leste Asiático, é possível que essas projeções sejam revisadas sugerindo uma oferta ainda menor de grãos.

Enfim, mesmo que, com um "gesto de boa vontade", os EUA moderem o seu discurso com a China e que ambos voltem a transacionar um volume maior de grãos, ainda há muita demanda pelos produtos brasileiros.

A AGENDA DE MUDANÇA CLIMÁTICA: OPORTUNIDADE PARA O BRASIL?

Pelo menos desde 2019, o Brasil tem sido alvo de críticas muito duras com relação às questões ambientais, com especial destaque para o desmatamento no bioma Amazônia. Uma dessas críticas ganhou notável relevância por ter sido feita pelo então candidato Joe Biden em um debate televisivo. Na ocasião, Biden, por um lado, ameaçou retaliações econômicas ao Brasil caso o desmatamento prosseguisse e, por outro lado, mencionou a intenção de levantar US$ 20 bilhões junto à comunidade internacional para medidas que revertam essa situação.

Mesmo que de forma injusta, o fato é que o agronegócio brasileiro tem sido apontado como um dos principais responsáveis por esse desmatamento. Apesar de, até o momento em que este artigo é escrito, nenhuma medida mais substancial contra o setor tenha sido adotada ou sequer efetivamente anunciada, é inegável a necessidade de todos os agentes envolvidos com o universo agro ou efetivamente preocupados com o desmatamento mudarem a imagem negativa que foi criada desmerecidamente.

Nesse esforço para restabelecer a imagem do Brasil como uma liderança na produção agropecuária sustentável, diversas das suas características podem ser destacadas, como:

- a maior área total de agropecuária de baixa emissão de carbono do Planeta;
- entre as economias do G20, a matriz energética mais limpa, com contribuição relevante da biomassa;
- maior área de vegetação nativa ainda preservada, mesmo detendo a liderança na oferta de alimentos para o Planeta;
- uma legislação ambiental rigorosa, embora ainda em fase de implementação.

Naturalmente, além de melhorar a imagem do setor, é fundamental corrigir as deficiências ainda existentes. Nessa direção, se gerenciados de forma diplomática, os recursos prometidos pela gestão Biden, certamente, são bem-vindos e ampliarão a contribuição brasileira para conter o aquecimento global – que trará prejuízos a todos, inclusive ao agronegócio nacional. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

DE EINSTEIN ÀS AGTECHS

DÉBORA M. B. P. MILORI[1], EDILSON FRAGALLE[2]

Como Albert Einstein poderia contribuir com o agronegócio brasileiro? A pergunta parece estranha num primeiro momento, mas o fato é que o físico teórico alemão contribuiu e pode contribuir muito. A conexão entre a Ciência básica e o mercado nem sempre é perceptível, mas é importante que seja compreendida para que as pesquisas possam gerar cada vez mais conhecimento qualificado e impactar o futuro do País.

QUANDO UMA inovação surge no mercado, utilizamo-la, muitas vezes, sem pensar como foi criada e quais são os desdobramentos da sua adoção. Um exemplo emblemático foi o lançamento dos *smartphones* em 2007: à época, não se imaginava o quanto essa tecnologia iria mudar as nossas vidas, mas o fato é que, quatorze anos depois, a comunicação, a publicidade e os negócios em geral foram transformados por essa inovação de forma irreversível.

No agro, não é diferente. A alta produtividade observada na produção de soja na região Central do Brasil não pode ser desvinculada das ações realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pelas universidades e pelas instituições de pesquisa públicas e privadas – e essa observação é válida para todas as demais culturas que estão na pauta de exportações do País.

Entretanto, o agro tem desafios gigantescos para 2021 e os próximos anos, e muita tecnologia precisa ser incorporada para aumentar a produtividade com sustentabilidade, sem perder a condição necessária de um alimento seguro para o consumo da população. Mas, para isso, qual é a rota entre a Ciência e a inovação tecnológica?

PESQUISA BÁSICA E APLICADA

A pesquisa científica pode ser dividida em dois grandes grupos: básica e aplicada. Einstein integrava o primeiro grupo quando buscava explicar e modelar os princípios mais básicos da natureza. Em 1916, publicou um artigo descrevendo os sistemas atômicos e introduzindo o conceito de emissão de luz estimulada. Em 1960, essa previsão teórica daria origem ao primeiro *laser*, uma ferramenta tecnológica que ganhou aplicações em diversas áreas da Ciência e que, em 2012, aterrissou em Marte, embarcada num *rover* para fazer análises do solo.

Os *lasers*, atualmente, estão no agro desde o campo até a pós-colheita. A Embrapa Instrumentação, localizada em São Carlos-SP, impulsionou a criação de duas *spin-offs* que utilizam *lasers* e LEDs. A AGROROBÓTICA utiliza a mesma tecnologia embarcada no Curiosity, somada à inteligência artificial, para viabilizar análises de carbono, pH, textura, contaminantes, macro e micronutrientes de forma mais rápida em relação ao método tradicional, sem geração de resíduos e com custo reduzido, possibilitando a construção de mapas para agricultura de precisão e monitoramento ambiental – opção já disponível para o produtor rural.

Já a Brasil Agritest utiliza sistemas ópticos para a classificação automática de grãos de soja por meio da avaliação de parâmetros físicos e químicos – em fase de escalonamento e, em breve, à disposição do mercado. Atualmente, a classificação visual gera, muitas vezes, conflitos entre produtores e empresas de exportação, o que pode resultar em prejuízos econômicos para esse processo.

MULTIDISCIPLINARIDADE E NOVOS TALENTOS

Com uma estrutura enxuta, mas dinâmica (86 empregados, dos quais 31 são pesquisadores), para enfrentar desafios multi e interdisciplinares, a Embrapa Instrumentação não somente percebeu, mas se incorporou ao movimento de inovação no agronegócio, principalmente nos últimos dez anos. Um indicador é a média anual de contratos de cooperação técnico-científica com a iniciativa privada, que cresceu de vinte para cinquenta nos últimos cinco anos.

TECNOLOGIAS, APLICAÇÕES E PARCERIAS

Exemplos que ilustram o caminho da rota tecnológica à rota mercadológica, extraídos entre os 201 contratos vigentes da Embrapa Instrumentação (dados de dezembro de 2020):

- **Sonda Multiparâmetros:** monitoramento de doze parâmetros da água com óptica e fotônica para aquicultura – Acqua Nativa;
- **CoffeeClass:** visão computacional e inteligência artificial aplicadas à cafeicultura – Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC);
- **Nanoemulsão de cera de carnaúba:** nanotecnologia e tecnologia pós-colheita para conservação de frutas – QGP Química Geral;
- **Sensor Igstat:** monitoramento da água para irrigação de flores, frutas e hortaliças – Tecnicer Produtos Cerâmicos e Pitaya Tech Irrigação Eficiente;
- **MicroActive:** utilização de nanotecnologia para liberação controlada de fertilizantes – Compass Minerals;
- **Zonas de manejo na produção de uvas para vinho na região Sudeste:** aplicação de agricultura de precisão para vitivinicultura – Vinícola Terras Altas e Casa Verrone;
- **Sonda Leite:** utilização de detector óptico para pecuária de leite – Dairy Equipamentos;
- **Sensor Yva:** uso de nanotecnologia para monitoramento da maturação de frutas – Siena Company.

Seja a partir da Ciência básica ou das *start-ups* com jovens talentos, a contribuição da pesquisa e das parcerias em inovação aberta é um caminho cada vez mais forte e estruturado. O seu impacto já pode ou poderá ser percebido em cadeias produtivas como as de soja e de grãos em geral, de algodão, de frutas, de carnes, de leite e, até mesmo, de vinho – um brinde a Albert Einstein e aos empreendedores anônimos, que ajudam a tornar mais pujante o agronegócio brasileiro. ■

1 Pesquisadora e chefe adjunta de Transferência de Tecnologia da Embrapa Instrumentação

2 Analista da Embrapa Instrumentação

SHUTTERSTOCK



RENOVABIO TRANSFORMA GESTÃO E EFICIÊNCIA AMBIENTAL DAS USINAS DE CANA

MARCELO MOREIRA, GABRIELA MOTA DA CRUZ, LAURA ANTONIAZZI*

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) criou o crédito de descarbonização (CBio), um título verde cujo objetivo é contribuir para a descarbonização do setor de combustíveis, aumentando a participação da bioenergia na matriz energética brasileira. Este artigo responde questões importantes sobre o processo de emissão dos CBios e as suas vantagens para as usinas.

A PRECIFICAÇÃO de carbono tem ocorrido de duas formas principais: via tributação ou mercado de carbono. Há, ainda, os financiamentos verdes, que disponibilizam condições mais vantajosas para investimentos sustentáveis, mas que não são exatamente uma precificação de carbono. O RenovaBio é uma política pública nacional de mercado de carbono, cuja moeda é o crédito de descarbonização (CBio).

AFINAL, COMO FUNCIONA O RENOVABIO?

O RenovaBio foi instituído pela Lei nº 13.576/17 e tem como objetivo contribuir para as metas do Acordo de Paris, além de gerar emprego e renda. Possui como seu plano de longo prazo reduzir em cerca de 10% a pegada de carbono dos combustíveis comercializados no Brasil até 2030, evitando a emissão de 700 milhões de toneladas de CO_2 equivalente. As partes obrigadas (distribuidoras de combustíveis) podem cumprir com as metas individuais de redução via aumento do combustível renovável na sua matriz ou via compra de CBios no mercado regulado (comercializado na B3, a maior bolsa de valores do Brasil). Também está autorizada a compra voluntária do CBio, que corresponde a 1 tonelada de CO_2 equivalente que deixou de ser emitida. Do outro lado do balcão, os produtores ou os importadores de biocombustíveis podem emitir CBios de acordo sua produção certificada.

COMO AS USINAS PODEM EMITIR CBIOS?

Para emitir CBios, as usinas devem passar por um processo de certificação regulamentado pela Resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nº 758/18. Para os biocombustíveis produzidos no Brasil, o primeiro passo é verificar a origem da biomassa. Os critérios de elegibilidade do RenovaBio não admitem que a biomassa (cana, milho, soja etc.) tenha origem em imóveis rurais onde houve supressão de vegetação nativa para sua produção. Também é necessário comprovar que os imóveis estão devidamente registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com situação ativa ou pendente. Uma vez vencida essa etapa, a usina deve calcular a contribuição ambiental da biomassa elegível, representada pela Nota de Eficiência Energético-Ambiental (NEEA). Para isso, ela precisa conhecer o uso de insumos (fertilizantes, energia etc.) na fase agrícola e as eficiências da parte industrial (quantidade de biocombustível e coprodutos, consumo de energia por tonelada de biomassa etc.). A NEEA é calculada pela diferença entre a pegada de carbono do biocombustível fóssil e



a pegada do biocombustível, ou seja, quanto maior essa diferença, melhor.

Tendo essas informações em mãos, a usina deve contratar uma firma inspetora, que irá verificar a exatidão de todos os valores por meio das evidências que lhe forem apresentadas. Os valores passam por um período de consulta pública, verificação e aprovação final da ANP.

Ao fim desse processo, a usina terá a sua fração elegível e a sua NEEA certificadas e, com esses dados em mãos, deve buscar um agente financeiro que irá subscrever os CBios de acordo com a quantidade de biocombustível efetivamente produzida pela usina. Há, ainda, requerimentos de verificação anual a que as usinas devem obedecer para garantir que a NEEA e a fração elegível iniciais permaneçam em níveis semelhantes ou superiores.

RENOVABIO VALE A PENA PARA A USINA?

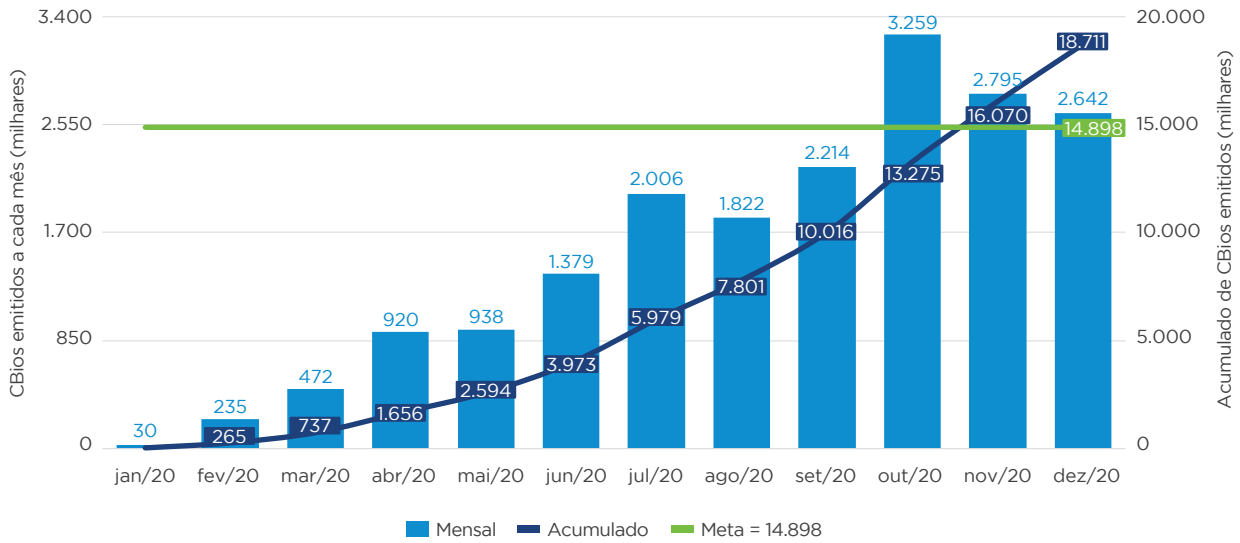
O preço do CBio teve uma média de R$ 35,32 em 2020, tendo variado de R$ 18,00 a R$ 72,00. Cada 1 metro cúbico de etanol hidratado gera, em média, 1,14 de CBio, e o mesmo de etanol anidro gera 1,19 e de biodiesel gera 1,08. Ou seja, a receita bruta com CBio chegou a valer de R$ 0,02 a R$ 0,09 por litro de biocombustível. Assumindo um preço de R$ 40 por CBio, o valor bruto deste representa cerca de 4% do valor recebido pelo produtor de etanol. É um valor expressivo em um mercado de margens baixas e altos volumes. Ainda há margem para melhora (especialmente no biodiesel). Deve-se ter em conta a tributação, os custos com certificação (custos internos, contratação de firma inspetora e, eventualmente, de consultoria especializada), a validação da nota fiscal no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a escrituração. Esses custos devem ser descontados da receita bruta do CBio. As dificuldades na certificação são maiores no começo, quando há um processo de aprendizagem.

No entanto, os números mostram uma ampla adesão do setor ao programa. Existem, atualmente, 238 processos aprovados, sendo a sua grande maioria (211) para etanol de cana de primeira geração. Os certificados representam 65% das usinas registradas e 85% da capacidade de produção nacional de etanol. Isso se reflete nos outros custos fixos de certificação e, muitas vezes, em uma situação financeira mais delicada de empresas menores para adiantar recursos. Os desafios para empresas de biodiesel parecem ser maiores, pois as usinas não detêm o controle das operações agrícolas para produção de soja.



SHUTTERSTOCK

EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE CBIOS EMITIDOS EM 2020
(EM MILHARES)



Fonte: ANP (2021)

QUEM COMPRA OS CBIOS?

Os CBios emitidos pelas usinas são colocados para negociação na B3, podendo ser comprados – e retirados definitivamente de comercialização ("aposentados") – de maneira voluntária ou compulsória. A ANP aloca a meta global de redução em metas individuais anuais obrigatórias, com base nas emissões atreladas à venda de combustíveis fósseis de períodos anteriores, que se torna uma compra definitiva de CBios para cada distribuidora. Assim, quanto maior for o volume de combustível vendido, maior será a demanda obrigatória por CBios da distribuidora. As três maiores distribuidoras do Brasil – Petrobras/BR, Raízen e Ultrapar (rede Ipiranga) – são, portanto, as maiores compradoras de CBios, com mais de 60% da demanda obrigatória.

Vale ressaltar, também, que não há restrição para que qualquer pessoa física ou jurídica compre, venda ou, até mesmo, retenha esses créditos de maneira voluntária. A compra para revenda – o mercado secundário em corretoras – ainda é pequena e deve crescer. Da mesma forma, há perspectivas positivas para que as compras voluntárias atendam compromissos corporativos ligados a impactos ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês).

QUAL É O BALANÇO ATUAL DO RENOVABIO?

De fato, é um processo novo para as usinas, os produtores rurais e a própria ANP. 2019 foi um ano de adaptação das usinas às novas linguagens e indicadores. No entanto, é muito importante que o programa tenha o devido lastro ambiental e que a metodologia desenvolvida seja respeitada à risca. Em 2020, não foi mais fácil. A pandemia reduziu o consumo de combustíveis, tornando a meta inicial mais difícil de ser atingida, e houve necessidade de ajustes. Também foi um ano de muita discussão sobre questões tributárias do CBio, o que poderia tirar completamente a sua atratividade. Todos esses percalços foram superados. Até 31 de dezembro último, foram emitidos 18,7 milhões de CBios, um volume superior à meta estabelecida para 2019/20, de 14,9 milhões de CBios. A grande maioria das distribuidoras cumpriu ou superou a meta individual de CBios, gerando lastro para anos vindouros.

Temos acompanhado de perto a maneira com que as usinas reagiram aos incentivos do programa e podemos dizer que tem sido uma grande revolução. A remuneração dos ativos e o desempenho ambiental passaram a ser efetivamente percebidos, transformando a forma como as usinas fazem suas gestões de terras e de eficiência energética. Muitas delas ficaram inicialmente insatisfeitas com sua performance e, assim, passaram a dedicar mais atenção a isso. Com os aspectos ambientais sendo mensurados, as usinas passaram a lidar com eles de maneira proativa. Já há um investimento de diversas empresas para melhorar seus indicadores nas próximas safras. Pode-se dizer que, nos dois anos desde a publicação da Resolução ANP nº 758, que orienta a implementação do RenovaBio, o setor avançou uma década em termos de gestão dos ativos ambientais. O RenovaBio é, portanto, uma política inovadora e coloca o Brasil na vanguarda internacional do crescimento verde. ■

* Pesquisadores da Agroicone

SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

CENÁRIO DE BOA CONJUNTURA PARA O MILHO E A SOJA

A ASSOCIAÇÃO Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) projeta um ano estável para os embarques de soja e milho. Os ciclos de produção dessas culturas são desenvolvidos numa única safra, que, agora, vai de julho de 2020 a junho de 2021. Em condições normais, a quantidade deverá ficar próxima dos números apurados no exercício de 2020. A princípio, não há razões especiais para aguardar mudanças muito distintas, mesmo com a persistência da pandemia do novo coronavírus e das suas variantes.

É interessante salientar a tendência firme e estruturada de crescimento nas exportações desses dois produtos desde 2010, com exceção de 2014 e 2016, quando houve problemas climáticos. A combinação entre o plantio de soja precoce – com ciclo vegetativo de plantio, desenvolvimento e maturação em tempo mais curto – seguido do de milho e a chegada das variedades transgênicas mostrou ótimos resultados sob as condições tropicais brasileiras de clima e solo.

As conjunturas de oferta e demanda dos mercados dessa dobradinha de produtos mostram situações bem favoráveis em termos das suas comercializações externas. A forte demanda chinesa por esses grãos, principalmente depois do surto de peste suína africana em agosto de 2019, foi um fator de peso relevante. As criações da suinocultura chinesa perdem o caráter de fundo de quintal e ganham dimensão na escala de produção, com melhoramento na genética, na nutrição e na sanidade. Essa mudança veio para ficar num país que representa mais da metade da produção mundial desse animal.

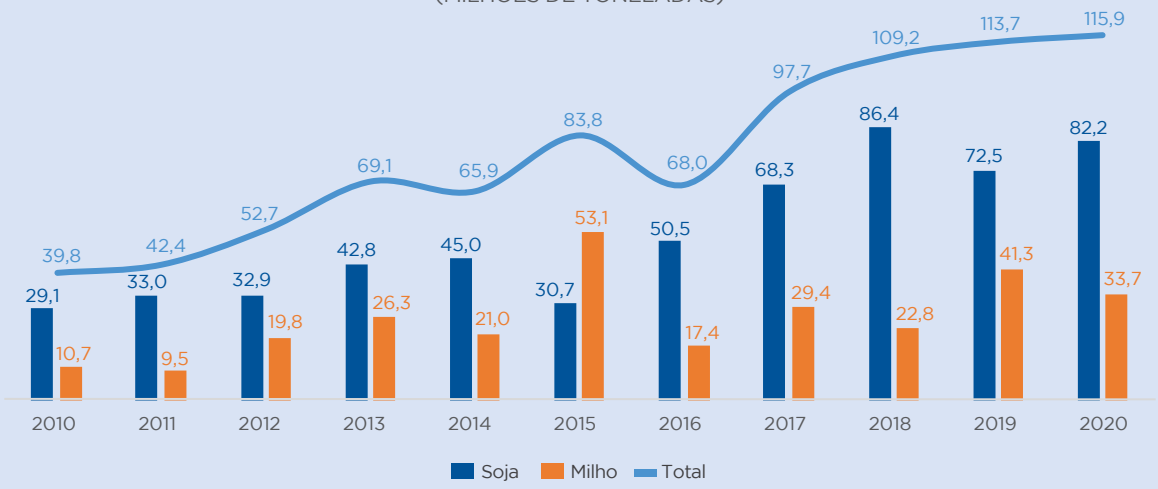
Para exportar ao mercado internacional, em relação à produção, o Brasil gera, a cada safra, fartos excedentes de soja e milho, acima, respectivamente, de 65% e 50%. Quanto ao primeiro cereal, o País é o primeiro no *ranking* mundial de produção, tendo potencial para crescer mais em área. Quanto ao segundo, a expectativa aumenta tanto na variável de área, como na de maior produtividade, para aumentar o volume de colheita. Assim como no ano passado, a taxa de câmbio do real frente ao dólar favorece as entregas aos países importadores neste ano.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SOJA E MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)

PORTOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Santos	21,3	27,9	22,2	30,5	33,0	35,0	35,5
Rio Grande	9,2	11,9	8,2	11,7	13,6	13,4	9,8
Paranaguá	11,5	12,2	12,0	16,1	16,4	16,9	16,8
São Francisco do Sul	6,8	7,2	4,9	6,5	9,5	11,1	12,0
Vitória	5,6	6,0	4,7	5,1	6,0	5,7	6,5
Imbituba	0,5	0,6	1,2	3,2	1,0	1,6	1,4
Arco Norte*	10,9	17,9	14,8	24,6	29,8	30,0	33,6
TOTAL	**65,9**	**83,8**	**68,0**	**97,7**	**109,2**	**113,7**	**115,6**

*Itaqui (MA), Barcarena (PA), Aratu/Cotegipe (BA), Santarém (PA), Itacoatiara (AM) e Barra dos Coqueiros (SE)
Fonte: ANEC

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SOJA E MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANEC

MANTER A MISSÃO DA ENTIDADE E DOS ASSOCIADOS



SÉRGIO MENDES
DIRETOR-GERAL DA ANEC

Mesmo com os contratempos da pandemia, o agronegócio brasileiro se mostrou um dos grandes motores da economia em 2020. Reafirmamos a sua credibilidade, competitividade e sustentabilidade junto ao mercado internacional. Nesse ano, em que a ANEC completou 55 anos, a união da cadeia produtiva, dos exportadores e de todos os atores das cadeias de soja (farelo de soja) e de milho deu continuidade aos processos e gerou um importante volume de embarques.

Do ponto de vista social, a entidade implementou ações em prol do bem-estar e da segurança dos trabalhadores que operam no Complexo Portuário de Santos (SP), que se mantiveram ativos durante os riscos da pandemia, com a doação de 8 toneladas de álcool em gel destinada aos operadores portuários locais.

Outra ação marcante foi a adaptação do tradicional jantar da ANEC ao formato online. O evento teve a participação de convidados ilustres, como o vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, o diretor do Departamento de Promoção do Agronegócio do Ministério de Relações Exteriores (MRE), Alexandre Peña Ghisleni, e o embaixador da China, Yang Wanming.

A nossa equipe técnica foi importante nas atualizações dos Contratos ANEC. Isso deu segurança e agilidade para as operações de exportação e de *trading* do setor ocorrerem de forma fluida. Em 2019 e 2020, tivemos trabalhos focados

na revisão e na conclusão da nova versão facilitadora do processo. Promovemos uma série de *workshops* em formato online com a participação de representantes dos exportadores.

Ainda em 2020, amplamente divulgados, disponibilizamos à imprensa relatórios semanais com estatísticas de embarques de soja, milho, farelo de soja e algodão.

Tudo isso foi temperado por um Conselho Diretor comandado pelo nosso presidente, Luciano Menezes de Souza, tendo prevalecido sempre o equilíbrio, a capacidade de ouvir e, por isso mesmo, o acerto nas decisões.

Para 2021, reforçaremos o papel da ANEC como interlocutora na defesa dos interesses dos exportadores de cereais e da cadeia produtiva para a prosperidade dos negócios e o desenvolvimento do País. A expectativa é manter o cenário positivo de 2020, quando fomos levados ao extremo das nossas convicções e, enfim, quando a missão da entidade e dos seus associados foi cumprida!

DEPOIS DA TRÉGUA, A BATALHA RECOMEÇA

FREDERICO FAVACHO
ASSESSOR JURÍDICO DA ANEC E SÓCIO DA MATTOS ENGELBERG ECHENIQUE ADVOGADOS

A imprensa noticia a articulação dos caminhoneiros autônomos para uma nova greve geral. A pauta de reivindicações centra-se nas reclamações contra a política de preços de combustíveis, o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar) para incentivar a navegação na costa brasileira e a velha pauta do piso mínimo do frete.

Junto aos exportadores, o setor de transporte rodoviário de cargas enfrentou a pandemia e garantiu a distribuição da produção do agronegócio brasileiro, de modo a garantir o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Mas há uma justa preocupação dos caminhoneiros autônomos, pois os custos variáveis, principalmente com o ônus do diesel, correspondem a quase dois terços na formação do preço do frete.

Desde que assumiu a administração da Petrobras em 2019, a atual Diretoria parou de praticar os reajustes diários nos preços dos combustíveis, o estopim da greve de 2018. Em 2020, a queda no reajuste acumulado no preço do óleo diesel nas distribuidoras foi de 13,2%, o que sinalizaria um combustível mais barato para os caminhoneiros. No entanto, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) protocolou, na primeira semana do ano, um ofício no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com a alegação de que os preços dos combustíveis estão sendo controlados pela empresa.

O governo federal, por sua vez, manda mensagens ambíguas e contraditórias ao mercado em termos de sinais pela intervenção ou não nos preços dos combustíveis. Os caminhoneiros, certamente, forçarão no sentido da intervenção.

Já o programa BR do Mar consubstancia o Projeto de Lei (PL) nº 4.199/20, encaminhado pelo presidente da República ao Congresso Nacional em 13 de agosto último. A medida busca implementar a Política de Estímulo à Cabotagem na matriz logística brasileira, uma alternativa ao modal rodoviário que preocupa os caminhoneiros. No entanto, para a economia brasileira, seria um retrocesso qualquer resistência à sua aprovação.

Por último, na questão do tabelamento do frete, a pretensão é repassar para os embarcadores, especialmente os exportadores de grãos, os custos inerentes às ineficiências do modal rodoviário de transporte de cargas. Essa discussão não é nova e voltará à pauta a cada nova manifestação dos caminhoneiros.

SALTO TECNOLÓGICO NAS OPERAÇÕES COMERCIAIS

MARCOS AMORIM
PRESIDENTE DO COMITÊ DE CONTRATOS EXTERNOS DA ANEC

Além da adaptação ao trabalho remoto, ao distanciamento e ao revezamento de equipes, o setor de grãos exportou volumes recordes, com uma concentração atípica dos embarques nos meses de março a julho.

O comércio de grãos envolve documentos em papel, como o contrato das negociações e as faturas comerciais. Conhecimentos de Embarque e Certificados de Origem e Qualidade emitidos nos portos de embarque são enviados

para escritórios de bancos nos países de destino da Europa e da Ásia. Algumas vezes, tais documentos passam por Consulados e Câmaras de Comércio.

Com a pandemia, como concluir a operação burocrática, por exemplo, entre os Portos de Itacoatiara e Cingapura, país cujos voos haviam sido, em grande parte, cancelados? Mas o desafio foi encarado com profissionalismo pelos times das *tradings* e das exportadoras.

Essa situação trouxe algo de positivo: a aceleração do processo de digitalização. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tomou a dianteira e negociou com os países de destino a aceitação da cópia eletrônica dos Certificados Fitossanitários (e-Phyto), autenticada online por meio de um QR *code*. Junto à assinatura eletrônica de contratos, o procedimento teve uma rápida adoção.

Há, ainda, um longo caminho a ser percorrido. Falta consolidar e integrar todo o processo para torná-lo digitalizado de ponta a ponta, com todos os entes da cadeia, como armadores, agentes marítimos, companhias supervisoras, Câmaras de Comércio etc.

As *tradings* agrícolas lançaram o projeto Covantis, que usará tecnologias como *blockchain*, inteligência artificial e outras soluções para modernizar as operações. Entre afretadores, *tradings*, exportadores, corretoras e prestadores de serviço, a comunicação por e-mail e o histórico de trocas serão automatizados por um sistema online.

Tanto a equipe da Covantis como as das empresas mostraram flexibilidade para o sistema começar agora, neste ano. Apesar das complicações trazidas, 2020 deu início a um novo ciclo para a execução do comércio internacional de grãos.

EXIGÊNCIAS DE QUALIDADE NAS EXPORTAÇÕES

CHANTAL BAEUMLE GABARDO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE QUALIDADE E BIOTECNOLOGIA DA ANEC

Com a pandemia do novo coronavírus, vários setores exportadores enfrentaram novas exigências sanitárias impostas pelos países importadores. Isso levou à necessidade de análises laboratoriais, preenchimento de declarações e rodadas de negociação.

Os contratos de exportação padronizados da ANEC, utilizados na quase totalidade das vendas, definem os requisitos mínimos de qualidade dos produtos negociados. Os procedimentos seguem padrões estabelecidos nas normativas exclusivas de cada produto. Já cada país comprador especifica a comprovação da ausência de contaminantes biológicos, pragas quarentenárias, resíduos de pesticidas, eventos de biotecnologia e, até mesmo, desmatamento.

As novas exigências dos países compradores devem ser notificadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto cabe aos países exportadores elaborarem as respostas por meio de sua representação diplomática.

As condições de produção e de logística de cada país, somadas às preocupações com a segurança alimentar, podem levar à criação de barreiras não tarifárias. Esse é o caso, por exemplo, da salmonela, que pode causar distúrbios aos animais e aos humanos. O seu grau de patogenicidade varia conforme o hospedeiro e as condições ambientais.

Durante os processos de produção e de fabricação dos produtos, são cumpridos os protocolos de boas práticas, com certificações e monitoramento constantes. Como, nos grãos, o Brasil é um vendedor *free on board* (FOB), as obrigações do comprador iniciam-se no momento de embarque. Por isso, a imposição de barreira a uma carga contaminada depois de exportada é um impeditivo para a comercialização.

As exigências negociadas devem considerar o risco existente entre a aplicação de métodos de mitigação e a eliminação do contaminante, com a possibilidade de o exportador controlar todo o processo. Assim, os acordos bilaterais entre países ajudam a regular uma parte das exigências estabelecidas, além das condições comerciais negociadas.

Com pesquisa, assistência técnica e tecnologia aplicada, o setor exportador já se provou capaz de levar ao mundo a pujança do agronegócio brasileiro, com a adaptabilidade às garantias exigidas pelos mais rigorosos destinos. ■

NOVO DECRETO DE SEMENTES E MUDAS




VIRGÍNIA ARANTES FERREIRA CARPI[1],
JOSÉ AMÉRICO PIERRE RODRIGUES[2]

O marco regulatório é um passo importante que irá contribuir com o acelerado processo de modernização da indústria de sementes e mudas do Brasil.

O DECRETO nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM), que busca garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional. Esse trabalho faz parte do Acordo de Resultados implantado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA), envolvendo o Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas (DSV) e a Coordenação-Geral de Sementes e Mudas (CGSM).

Ao longo de 2019, foram realizadas quinze reuniões, com a participação de 130 pessoas, sendo 42 auditores fiscais federais agropecuários (AFFAs) do MAPA e 88 representantes do setor regulado. Participaram, também, 52 instituições do setor produtivo de sementes e mudas, que representam os agricultores usuários do sistema e órgãos federais e estaduais de ensino, pesquisa e defesa agropecuária. Cerca de 640 contribuições foram sugeridas por 65 pessoas/instituições durante a consulta pública para a formatação do Decreto.

ABRASEM E ASSOCIADAS

Com participação ativa, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) e as suas associadas estiveram em todas as etapas de discussão, com a presença de vinte técnicos de

SHUTTERSTOCK



conhecimento específico das diversas áreas de regulamentação da indústria de sementes e mudas.

A metodologia utilizada envolveu princípios de Avaliação de Impacto Regulatório (AIR). Diferentes instrumentos serviram para captar as demandas, os problemas e os pontos de estrangulamento, com sugestões e expectativas do setor regulado. Constituídos por temas, os Grupos de Trabalho (GTs) contaram com a participação do setor interessado e tiveram um cronograma de trabalho detalhado e amplamente divulgado.

As entregas dos conteúdos discutidos foram pactuadas entre agosto, setembro e outubro de 2019, com o projeto submetido à consulta pública e a conclusão das avaliações apresentada em junho de 2020. Após a aprovação no MAPA, a proposta foi encaminhada para análise na Casa Civil em setembro, culminando com a sua publicação em dezembro último.

EVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

Por diversas ocasiões desde 2008, a ABRASEM e as suas associadas fizeram gestões junto ao MAPA, sempre na defesa da necessidade de modernizar a Lei de Sementes e Mudas. A partir de 2019, o processo de atualização ganhou novos rumos, com objetivos de:

- adequá-lo à realidade e à dinâmica do setor produtivo;
- promover a modernização e a desburocratização no setor regulatório;
- equilibrar o foco entre processo e produto final;
- aprimorar o processo de certificação de sementes e mudas;
- coibir a produção e a comercialização de produtos ilegais; e
- assegurar as garantias de identidade e qualidade das sementes e das mudas disponibilizadas no Brasil.

Assim, o novo Decreto busca promover a diferenciação clara entre o usuário e o produtor ilegal de sementes e mudas ao estabelecer condutas infracionais distintas, proporcionais às suas atividades. A identificação de sementes e mudas passa a ser tratada em normas complementares, com exigências distintas conforme os grupos de espécies.

A validade do Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) foi ampliada de três para cinco anos, e os procedimentos para inscrição e credenciamento também passam a ser tratados em normas complementares. Já o prazo de validade do Registro Nacional de Cultivares (RNC) passa a ser de quinze anos, prorrogável enquanto a cultivar estiver em uso.

Também houve alterações importantes sobre o papel do mantenedor na produção de semente genética e planta básica, a previsão para sementes e mudas de uso doméstico, a ampliação da obrigatoriedade da declaração de área para produção de sementes de uso próprio para todas as cultivares (sejam protegidas ou de domínio público), entre outras.

As principais normativas que dispõem sobre a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas serão oportunamente revisadas, conforme programação da agenda regulatória da SDA.

Os documentos emitidos sob a vigência do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, serão válidos até a data de seu vencimento, e o novo Decreto entra em vigor noventa dias após a sua publicação, a partir de 21 de março próximo, quando ficará revogada a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO E A INICIATIVA PRIVADA

Durante esse período de formatação do Decreto, as discussões deram-se em um ambiente complexo, com reguladores que atuam no Distrito Federal e nos estados e representantes de produtores agrícolas e de entidades representativas do agronegócio. A ABRASEM e as suas associadas mantiveram-se com presença constante, como interessadas diretas no tema, pois o Decreto regulamenta toda a atividade do setor de sementes e mudas, da produção ao comércio.

De qualquer forma, o modelo de discussão participativa (envolvendo todos os elos da cadeia de produção), implementado pelo MAPA, mostrou-se exitoso e contribuiu para muitos avanços na direção de uma legislação mais moderna e menos burocrática, adequando o Decreto à realidade atual da indústria de sementes e mudas do Brasil.

Trata-se de um bom exemplo de cooperação entre os órgãos reguladores do governo federal e a iniciativa privada. Com vocação e futuro agrícola promissor, o Brasil necessita de uma atualização constante dos seus principais marcos regulatórios para manter as atividades com eficiência e competitividade. ■

1 Coordenadora-geral da Coordenação-Geral de Sementes e Mudas do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas (CGSM/DSV/SDA/MAPA)

2 Presidente executivo da ABRASEM

NOVA MOBILIZAÇÃO PELO CONVÊNIO ICMS Nº 100



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O CONVÊNIO ICMS nº 100/97, que estabelece a carga tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os insumos agropecuários, está vigente até 31 de março próximo. A sua renovação é imprescindível e interessa a todos os segmentos do agronegócio, já que a sua descontinuidade aumentará os custos da agropecuária e, por consequência, os preços dos alimentos aos consumidores. Portanto, o seu impacto transcende o setor e afeta toda a sociedade.

Estima-se que o custo agropecuário possa aumentar de 5% a 15% dependendo da cadeia produtiva, com reflexos diretos nas margens dos produtores e na capacidade de investimento das atividades, justamente em um momento em que o setor vem dando uma contribuição inestimável para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

O nível de demanda e os preços dos alimentos poderão ser ajustados, prejudicando, principalmente, a população de mais baixa renda, que destina a maior parte do seu orçamento à alimentação.

Para o setor agropecuário, a renovação é um ponto pacífico, mas, a cada nova discussão no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), surgem intenções por parte de Unidades da Federação (UFs) de vetar a extensão do benefício ou, até mesmo, alterá-lo, por conta da crise fiscal, em uma tentativa de aumentar a arrecadação. A última prorrogação do Convênio foi obtida em 29 de novembro último, para apenas três meses, com muita dificuldade.

Iniciativas unilaterais como a do estado de São Paulo, que, no final de 2020, promoveu ajustes na sua legislação, preocupam o agronegócio, que teme ser penalizado pela sua capacidade competitiva. O governo paulista, mesmo tendo sido favorável à última renovação do Convênio, tributou em 4,14% as vendas internas de insumos agropecuários. Somente após uma intensa negociação e mobilização do setor, o governo paulista reviu a sua decisão, voltando a conceder a isenção aos insumos.

Esses episódios reforçam a importância de um movimento nacional em favor da prorrogação do Convênio nº 100/97, razão pela qual a FAESP vem atuando permanentemente em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com vistas a promover a articulação, em sintonia com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), junto aos secretários das Secretarias de Fazenda e Agricultura dos estados. As ações da CNA e das federações de agricultura, intensificadas a partir de novembro último, voltam-se para a defesa do Convênio, a manutenção das condições de competitividade dos produtos agropecuários e a conservação da sustentabilidade das unidades de produção.

A próxima reunião do CONFAZ está marcada para 26 de fevereiro próximo. Ao mesmo tempo em que reconhecemos as dificuldades orçamentárias dos estados, pleiteamos que os estímulos à produção sejam considerados políticas prioritárias pelo poder público para viabilizar a retomada do desenvolvimento econômico dos estados e do País. Além disso, é importante frisar que os riscos aos quais a agropecuária está exposta exigem políticas fiscais condizentes.

Reiteramos, assim, a nossa convicção de que não é o momento de alterar um instrumento tributário de tamanho impacto econômico, sob pena de questões fiscais transitórias suplantarem o objetivo primordial de garantir para a população condições de acesso à alimentação.

A economia brasileira precisa de incentivos para a obtenção de ganhos de produtividade e eficiência, a fim de gerar oportunidades, investimentos, empregos e renda. Elevar tributos, definitivamente, não estimulará a economia nem contribuirá para o abastecimento da população. ■



DIÁRIO DE BORDO

MELHORAR A COMPETITIVIDADE

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

EM 2020, o agronegócio brasileiro deu, mais uma vez, demonstrações da sua competitividade, como vem fazendo ano após ano. Mas, dessa vez, o setor o fez com o obstáculo do novo coronavírus. Apesar desse fator limitante, as exportações do nosso agro cresceram em relação ao ano anterior, atingindo a espetacular cifra de US$ 100,8 bilhões, com o saldo de US$ 87,8 bilhões!

Além desse impressionante valor, houve, também, um crescimento nos volumes dos principais itens de exportação. Foram 101,04 milhões de toneladas de soja, 10,1% a mais do que em 2019. As exportações de açúcar cresceram 69,4%, chegando a 32,99 milhões de toneladas, e as de carnes cresceram 5,2%, atingindo 7,42 milhões de toneladas. As exportações de fibras e produtos têxteis aumentaram 30,0% e as de café, outros 6,2%.

O complexo soja representou 35,0% do valor exportado, seguido por carnes (17,0%), produtos florestais (11,3%), açúcar (9,9%), cereais e farinhas (6,8%) e café (5,5%).

Mais uma vez, a China foi o grande mercado, importando 33,7% de tudo que exportamos, seguida por Ásia sem China e sem Oriente Médio (18,5%), União Europeia (16,2%), Estados Unidos (6,9%), Oriente Médio (6,3%) e África (6,1%).

São todos números para comemoração, mormente diante da expectativa que havia em março do ano passado, de que a COVID-19 provocaria gargalos nas cadeias de distribuição interna e externa, perturbando a performance do setor, inclusive com possível prejuízo para o abastecimento interno. Até com certa surpresa, o setor, com o forte apoio do Ministério da Agricultura, organizou-se rapidamente e, com o empurrão dado pelo aumento em dólar das principais *commodities* e pelo câmbio favorável, aumentou as exportações em plena pandemia. E não faltou comida no País, embora os preços tenham subido pelas razões já apontadas.

Tudo isso com uma logística que ainda deixa muito a desejar. Ainda dependemos muito do modal rodoviário, fruto de uma estrutura logística inadequada que já dura décadas. Além disso, esse modal custa muito mais do que o ferroviário, seja por causa do consumo de combustível, seja por causa da manutenção de rodovias e veículos de carga, seja pelas questões tributárias incidentes, seja pelo custo de segurança para evitar roubos de cargas.

Estamos muito aquém do resto do mundo no quesito ferroviário: só 15% das nossas cargas são transportadas por trem. Na Rússia, esse número é 81%; no Canadá, 46%; nos Estados Unidos e na Austrália, chega a 43%; e, na China, a 37%, embora este último país esteja fazendo novos e enormes investimentos no setor.

Enquanto o trem emite 16 gramas de gás carbônico por tonelada transportada por quilômetro útil, o caminhão emite quase sete vezes mais, ou 100 gramas. Portanto, o primeiro é muito mais sustentável – tema cada vez mais sensível no comércio internacional.

Ademais, um vagão graneleiro substitui quase quatro caminhões, com reflexos evidentes no menor congestionamento em estradas.

Não há o que discutir. Já passamos da hora de investir em ferrovias. Ora, o governo federal planeja aumentar a porcentagem do modal ferroviário dos atuais 15% para 30% em dez anos e vem trabalhando firme nisso. Tomara que funcione: os nossos custos diminuirão e o nosso saldo comercial aumentará. ■

"Estamos muito aquém do resto do mundo no quesito ferroviário: só 15% das nossas cargas são transportadas por trem. Na Rússia, esse número é 81%; no Canadá, 46%; nos Estados Unidos e na Austrália, chega a 43%; e, na China, a 37%..."

PRODUZIR

CAFÉ: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

MARCELO WEYLAND BARBOSA VIEIRA
Diretor do Departamento do Café da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



CRIADO JUNTO à Sociedade Rural Brasileira (SRB) em 1919, o Departamento do Café da entidade vem trabalhando fortemente, nas últimas décadas, para garantir espaço ao produto no mercado mundial. A defesa dos cafeicultores tem sido tema frequente do grupo, que conta, atualmente, com um grande número de produtores, cooperativas, *tradings*, empresas de comércio, consultores, torrefações, cafeterias, entre outros.

A SRB começou como uma associação de produtores de café porque, na época, este era o principal produto da agricultura brasileira e a principal *commodity* de exportação. O comércio de café era totalmente controlado pelo Governo. Os produtores juntaram-se para poder negociar com o Governo a regulamentação desse comércio e da produção. Com o passar do tempo, a atividade foi ficando mais complexa, e, então, foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que detinha a regulamentação de todo o comércio e ficava com 40% do valor da exportação.

O famoso IBC determinava o volume e dava cotas de exportação. E isso impactava o preço e o resultado dos produtores. Até a década de 1970, o café era o principal produto brasileiro, e foi nessa época que começou o desenvolvimento da agricultura com as tecnologias. Com isso, o café deixou de ser prioritário, até que, no governo Collor, foi fechado o IBC e foi liberado o comércio. E assim os produtores começaram a ter acesso aos mercados internacionais.

A partir desse momento, o Departamento do Café da SRB passou a reunir os produtores para traçar estratégias de mercado, e eles foram viajando pelo mundo para ver como venderiam o produto no mercado internacional. O Departamento começou, então, a negociar com o Ministério da Agricultura, e foi criado um projeto focado no café *gourmet*, com o objetivo de promover o café brasileiro e ter acesso aos melhores mercados mundiais. No início, era difícil concorrer com as grandes *tradings*, mas o produtor brasileiro podia ser mais competitivo no mercado *gourmet*. Por isso, surgiu a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), que, até hoje, é uma das grandes parceiras da SRB. Desde então, o café brasileiro começou a ser divulgado no mercado mundial. O IBC pensava em volume e geração de recursos, sem pensar na qualidade. Já a SRB e a BSCA entendem que os produtores podem ser competitivos no mercado de cafés especiais e obter preços melhores.

Hoje, o café brasileiro popularizou-se mundo afora e o produtor brasileiro começou a ter uma rentabilidade maior. Outro fato importante com a mudança na comercialização foi a desregulamentação do comércio, que trouxe eficiência ao mercado de café. Com isso, os produtores brasileiros recebem cerca de 92% do valor do café, enquanto, na América Central, os produtores ficam com 60% do valor e, na África, com até 40% do valor final. O produtor de maior escala pode vender diretamente para um torrador por meio da associação, e os produtores familiares podem comercializar por cooperativas.

Para 2021, o Departamento do Café da SRB tem como objetivo continuar agregando valor ao produto para garantir acesso a novos mercados. ■

"...os produtores brasileiros recebem cerca de 92% do valor do café, enquanto, na América Central, os produtores ficam com 60% do valor e, na África, com até 40% do valor final."



OPINIÃO

AONDE QUEREMOS CHEGAR?

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

PARA O agronegócio brasileiro, 2020 foi o ano da China. As severas reduções na produção de carnes no país, os estresses diplomáticos com os Estados Unidos (EUA) e a Austrália e o bom nível dos preços de *commodities* na Bolsa de Chicago aumentaram ainda mais as exportações ao país asiático. Como observamos no início da pandemia, o agro, nomeadamente a integração entre produção, transformação e logística está bem preparada para atender demandas excepcionais. Assim, conseguimos, sem dificuldades, atender as necessidades excepcionais da China no tão desafiador ano passado.

Esse balanço muito positivo nos faz olhar para o futuro e refletir como organizar o comércio bilateral na nova normalidade, ou seja, após os plantéis de suínos e aves reestabelecerem-se na China. E agora? O que eles irão importar: mais grãos ou mais carnes?

O chinês, tradicionalmente, pensa a longo prazo: três, cinco ou dez anos. Disciplina e disposição para aceitar desafios e assegurar o equilíbrio estratégico orientam suas decisões. Os ocidentais pensam no resultado trimestral (filosofia dos EUA) ou no balanço anual (Europa). Perante essa diferença comportamental, torna-se importante para o Brasil entender o que esses e outros parceiros comerciais pensam e estão fazendo para, depois, definir linhas de orientação para a agricultura, a indústria e a formatação comercial. Esse seria um jeito de não se perderem as oportunidades no futuro. Afinal, o que interessa é a demanda do cliente.

A Revolução Verde e a recente orientação para a agropecuária de precisão fizeram com que o Brasil conquistasse um espaço considerável no mercado mundial de alimentos. Isso dito e reconhecido, convém olhar para a proporcionalidade dos fatos que definem o posicionamento competitivo de um setor com forte integração internacional. Nós temos 210 milhões de consumidores, 230 milhões de hectares de lavoura e pasto e um plantel bovino de 220 milhões de animais. Mesmo com esses números extraordinários, quem lidera o mercado global de alimentos são os EUA, com US$ 150 bilhões, seguidos pela Holanda, com US$ 115 bilhões. A nossa posição atual, no terceiro lugar, com US$ 100 bilhões, é recente, pois o País superou a Alemanha em 2019.

Mas como será o futuro? É sabido que a produção rural está intimamente ligada ao progresso tecnológico. Olhar em detalhe para o que a China está implementando como forma de aumentar a sua produção nos antecipa uma nova onda de como produzir alimentos. A melhoria dos solos, a genética e os processos produtivos com um menor uso de água, bem como a concentração de políticas públicas no setor, acompanharão de forma crescente o aumento da demanda interna por alimentos.

Antecipando esse cenário, precisamos procurar novas formas de parceria comercial com os principais países importadores. A América Latina seria capaz de gerar um excesso de oferta de alimentos, mesmo com uma demanda mundial crescente, se as suas terras subaproveitadas fossem desenvolvidas. Chegou o momento de aprender com a transição da agricultura 4.0 para o agro 5.0 e desenvolver novas habilidades na inteligência comercial. O mais difícil já foi conquistado. Chegou o momento de negociarmos contratos de longo prazo com novos modelos de intercâmbio, para que 2022, 2023, 2024, e assim por diante, sejam os anos do Brasil. ■

O mercado global de alimentos é liderado pelos EUA, com US$ 150 bilhões, seguidos pela Holanda, com US$ 115 bilhões, e pelo Brasil, com US$ 100 bilhões.

REFLEXÃO

PAUTA DO AGRO NO CONGRESSO NACIONAL



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

COM A sua dinâmica e o seu crescimento, o agronegócio nacional passa por constantes mudanças tecnológicas e comerciais. Normalmente, há, a cada ano, um pacote de marcos regulatórios prioritários em análise e elaboração no Congresso Nacional (CN), como ocorre agora, em 2021. Esses conteúdos são mais complexos do que cortes de diagnósticos das diferentes regiões do País, em termos ambientais e vocacionais. As conclusões gerais não são fáceis de serem formuladas, pois precisam considerar os principais aspectos em comum existentes em cada região.

Depois de muito tempo em debate, a Lei nº 12.651, do Código Florestal, foi aprovada em 25 de maio de 2012. Assim, ficaram estabelecidas normas para a proteção da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados. Mas, até agora, falta a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o produto ter acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Em relação à exigência do CAR, a mesma situação acontece com o Projeto de Lei (PL) que criou a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados no final do ano passado.

O PL nº 2.633/20, que facilita a regularização fundiária no Brasil, faz parte da lista de trabalhos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Há um certo consenso sobre a necessidade da sua aprovação. Estima-se que existam 80 milhões de hectares de terras da União sem regularização, com 110 mil requerimentos de ocupantes aguardando a regularização. As questões a ser fechadas são basicamente duas: primeiro, quanto ao marco temporal para as terras ocupadas serem consideradas passíveis de regularização; e, segundo, quanto à fixação do tamanho da propriedade, em módulos fiscais, para ser regularizada via sensoriamento remoto.

Pode-se agregar outras mudanças importantes na legislação. É o caso, por exemplo, da Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, conversão da Medida Provisória (MP) nº 897/19, conhecida como MP do Agro. Nas operações de crédito rural, essa legislação cria novas modalidades de garantia, expande os recursos via mercado de capitais e aumenta a competição no mercado financeiro. Os passos seguem em frente no sentido de fazer a sua regulamentação, com envolvimento do Conselho Monetário Nacional (CMN), de agentes financeiros e de entidades do setor. Outro assunto que deverá chamar a atenção é o PL nº 2.963/19, que trata da compra de terras por estrangeiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

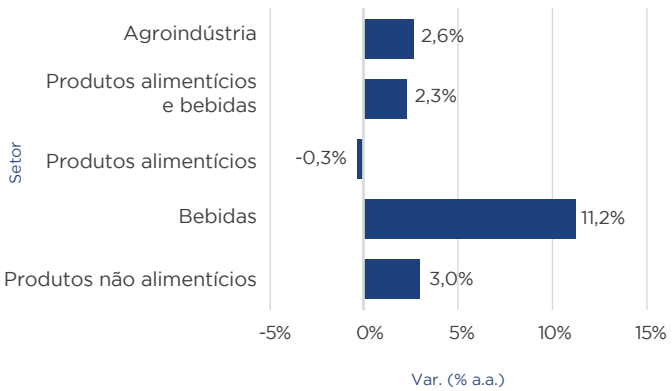
Esperamos que esses temas pendentes, fundamentais para o desenvolvimento do agro nacional, tenham andamento nos trabalhos do poder Legislativo ainda no atual exercício. Com novos presidentes recém-empossados no comando da Câmara e do Senado no CN para os próximos dois anos, ainda paira muita expectativa sobre duas reformas: a tributária, com a construção de um sistema mais simples para facilitar a vida contábil das empresas; e a administrativa, com a redução dos custos da administração pública. ■

"Estima-se que existam 80 milhões de hectares de terras da União sem regularização, com 110 mil requerimentos de ocupantes aguardando a regularização."

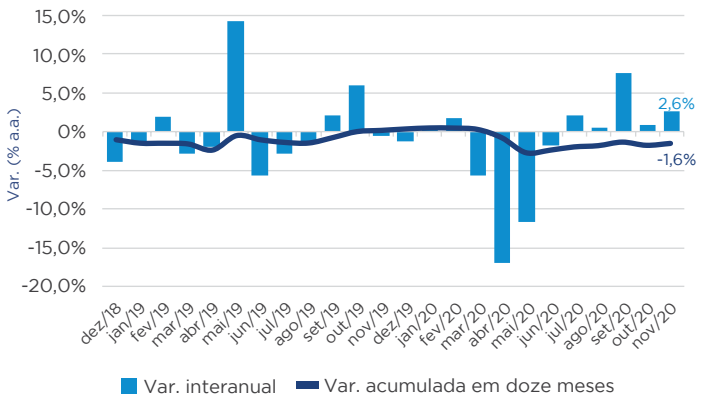
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: NOVEMBRO DE 2020

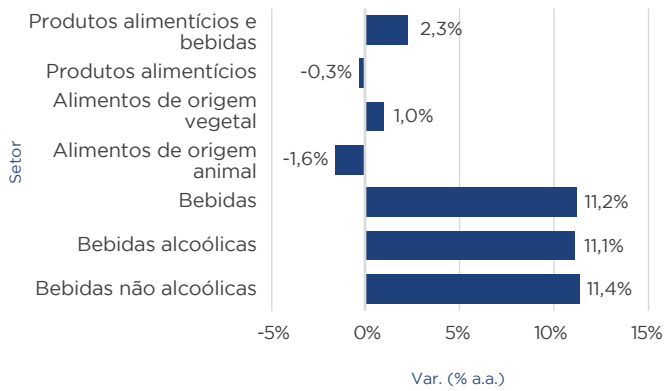
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM NOVEMBRO DE 2020



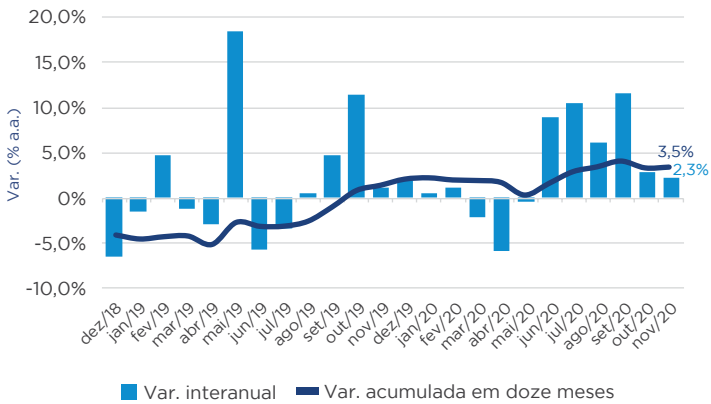
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



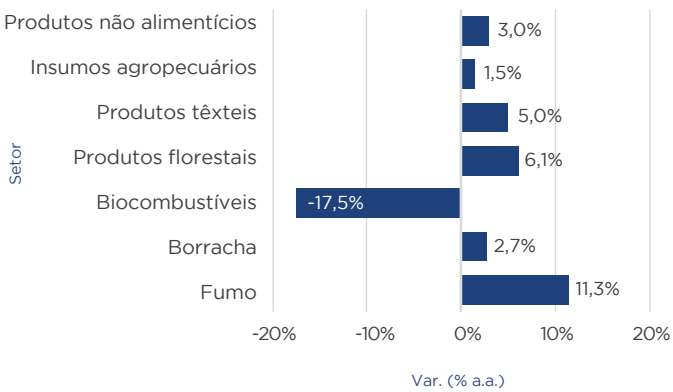
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM NOVEMBRO DE 2020



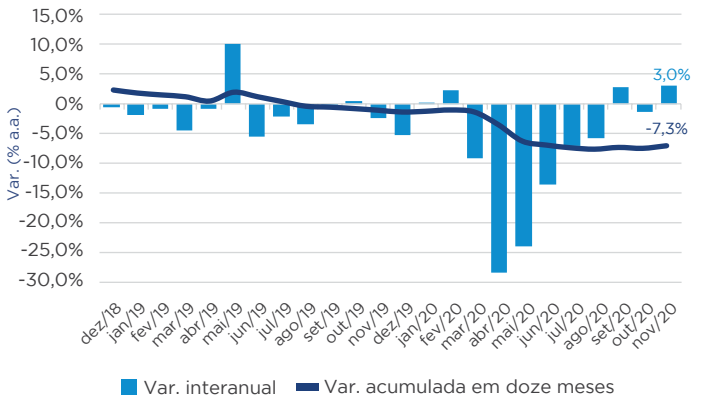
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM NOVEMBRO DE 2020



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


3AW
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
AGRONEGÓCIO
ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.
VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.
CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.
Saiba mais em
www.eesp.fgv.br/
FGV EESP



UNIR E SOMAR PARA TORNAR O AGRO AINDA MAIS PRÓSPERO

Se unirmos toda a cadeia produtiva sob o mesmo propósito e em uma única plataforma: do produtor à indústria, os órgãos de pesquisa, as universidades, as associações, passando pelas revendas agropecuárias, o canal alimentar até chegar ao consumidor, teremos um Agro forte e capaz de melhorar a vida do povo brasileiro. Será tão grandioso que conseguiremos elevar nosso País à uma potência mundial.

Saiba mais seguindo nossas redes sociais:

todosaumasovoz

Criadora

RV MONDEL

Mentora

abag

Apoio Institucional

ABMRA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO

TODOS A UMA SÓ VOZ

JUNTOS, TORNANDO O AGRO MAIS FORTE